

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2013



**Evocação do centenário
da Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal**

(1913-2013)



PORTOS DA MADEIRA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.



0 Índice

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. ATIVIDADE PORTUÁRIA	2
2.1. MOVIMENTO DE EMBARCAÇÕES.....	2
2.2. MOVIMENTO DE PASSAGEIROS.....	3
2.3. MOVIMENTAÇÃO GLOBAL DE MERCADORIAS.....	6
3. RECURSOS HUMANOS	13
4. GOVERNO DA SOCIEDADE	20
4.1. ORIENTAÇÕES DE GESTÃO	20
4.2. IDENTIFICAÇÃO E ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	21
4.3. FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS EMPRESAS.....	22
4.4. ÁREAS DE TUTELA E SÍNTESE CURRICULAR DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	22
4.5. REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DECISÕES MAIS RELEVANTES	27
4.6. EXERCÍCIO DE PODERES DE AUTORIDADE, POR PARTE DA APRAM, S.A.	36
4.7. ENTIDADES ENCARREGADAS DE AUDITORIA EXTERNA	36
4.8. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS.....	37
4.9. RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA	38
5. PLANO DE INVESTIMENTOS	39
6. CONCESSÕES/LICENÇAS.....	40
7. SEGURANÇA.....	47
8. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS	48
8.1. AÇÕES DE PROMOÇÃO	48
8.2. COMUNICAÇÃO.....	50
8.3. INFORMAÇÃO GERAL E PUBLICAÇÕES	51
9. ESTALEIRO NAVAL DO CANIÇAL	52
10. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	53
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS.....	53
RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO	54
GASTOS DE EXPLORAÇÃO.....	55
ESTRUTURA DOS GASTOS DE EXPLORAÇÃO	56
FUNDOS LIBERTOS	57

0 Índice

SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	58
FUNDO DE MANEIO	60
RÁCIOS DE NATUREZA ECONÓMICA	61
RÁCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA	62
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	63
SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL E O SECTOR PÚBLICO ESTATAL	63
PERSPETIVAS FUTURAS	63
11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS.....	65
11.1. BALANÇO ATIVO	66
11.2. BALANÇO PASSIVO	68
11.3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA	69
11.4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO.....	70
11.5. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	71
12. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2013	73
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE.....	73
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .	73
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	74
4. CAPITAL SOCIAL	76
5. FLUXOS DE CAIXA	76
6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS ..	77
7. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	77
8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	77
9. INVENTÁRIOS.....	78
10.CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	78
11. RÉDITO.....	79
12. PROVISÕES/CLIENTES DE COBRANÇA DUVIDOSA	80
13. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS COMUNITÁRIOS.....	80
14. ACIONISTAS/SÓCIOS.....	82
15. SECTOR PÚBLICO ESTATAL.....	83
16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS.....	83
17. GASTOS COM O PESSOAL.....	85
18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS.....	86
19. OUTRAS INFORMAÇÕES	86

100

Evocação do centenário
da Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal

1. INTRODUÇÃO



Data de 22 de março de 1756 a primeira ordem para o estudo de obras e de exploração do Porto do Funchal (Carta régia de D. José I). Em 1890 é feita a ligação entre o Forte de São José e o Forte de Nossa Senhora da Conceição.



PORTOS DA MADEIRA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.



1 Introdução

1. INTRODUÇÃO

A APRAM, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira e é tutelada pela Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes. Apresenta-se com a designação comercial de Portos da Madeira.

Tem por objeto social a administração e gestão dos portos, terminais e cais da RAM sob a sua área de jurisdição e das marinas do Funchal e Machico, visando a exploração económica, planeamento, construção, conservação e desenvolvimento. Abrange, ainda, o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária.

Os portos, como principal porta de entrada de mercadorias têm sentido o efeito da recessão, acompanhando a tendência nacional. No ano de 2013, apesar da ligeira subida nas mercadorias movimentadas nos portos da RAM devido ao crescimento da importação de graneis para as obras públicas em curso, mas continuou o decréscimo na importação das restantes mercadorias, com reflexos nas receitas da APRAM, S.A.

No segmento de cruzeiros também se verificou um decréscimo da atividade. O porto do Funchal confronta-se com o desafio da consolidação dos resultados record alcançados no ano de 2012, bem como com o de captação de novos fluxos de tráfego de passageiros no segmento de cruzeiros.

A atividade da empresa, e tal como previsto no Plano de Atividades e Orçamento para 2013, foi fortemente condicionada pelas restrições colocadas pelo Plano de Ajustamento Económico Financeiro (doravante designado por PAEF) e pelos encargos financeiros resultantes do serviço da dívida.

Apesar de todos os constrangimentos, a segurança marítima e patrimonial, a implementação de mecanismos que asseguram e otimizam a eficiência das operações portuárias e de programas de monitorização ambiental, a concretização de uma política setorial adequada às atuais necessidades da população e a aposta na manutenção e procura de novos mercados no segmento de cruzeiros, foram metas atingidas no ano de 2013, conforme se pode constatar pelos indicadores constantes do presente relatório de gestão.

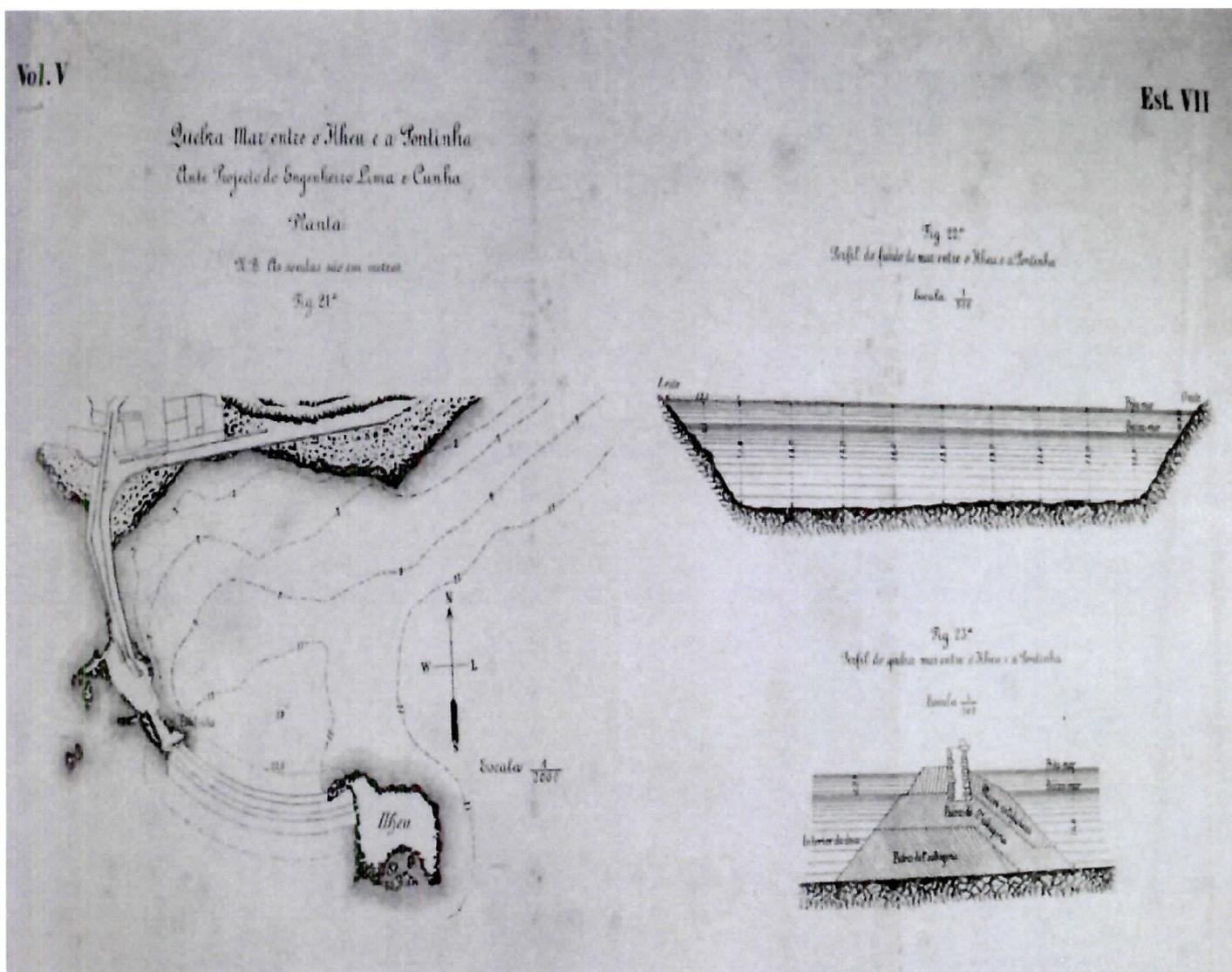
Em 2013 foi ainda o ano de evocação do *Centenário das Obras do Porto do Funchal*, com a realização de algumas efemérides alusivas à data.

100

Evocação do centenário
da Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal



2. ATIVIDADE PORTUÁRIA



A 13 de agosto de 1913 foi criada a Junta Autónoma das Obras do Porto, organismo com receitas próprias para o financiamento das obras necessárias ao desenvolvimento regional (21 de março de 1920 lançado o 1º concurso).

A história da Autoridade Portuária passava a estar intimamente ligada ao crescimento e desenvolvimento da estrutura do porto do Funchal.



PORTOS DA MADEIRA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

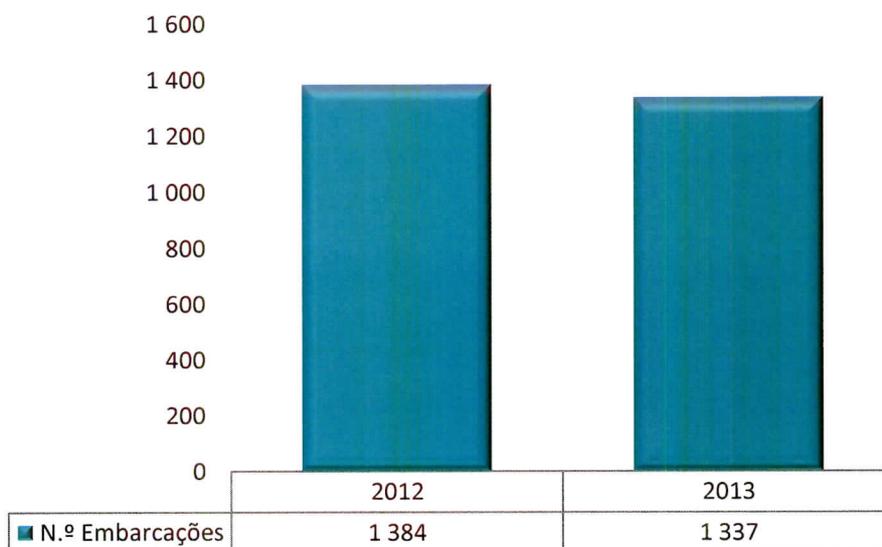
2 Atividade Portuária

2. ATIVIDADE PORTUÁRIA

2.1. Movimento de embarcações

Em 2013 escalaram os Portos da Região Autónoma da Madeira 1337 embarcações. A situação, comparativamente ao ano anterior, encontra-se expressa no gráfico infra:

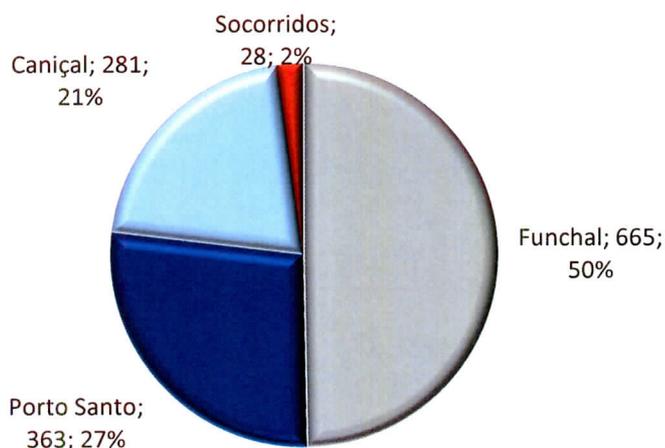
Gráfico 1 – Evolução do movimento de embarcações nos portos da RAM



Fonte: APRAM, S.A.

Registou-se em 2013 um decréscimo de 4% no movimento total de embarcações, traduzido em menos 47 escalas.

Gráfico 2 – Distribuição da movimentação de embarcações por porto



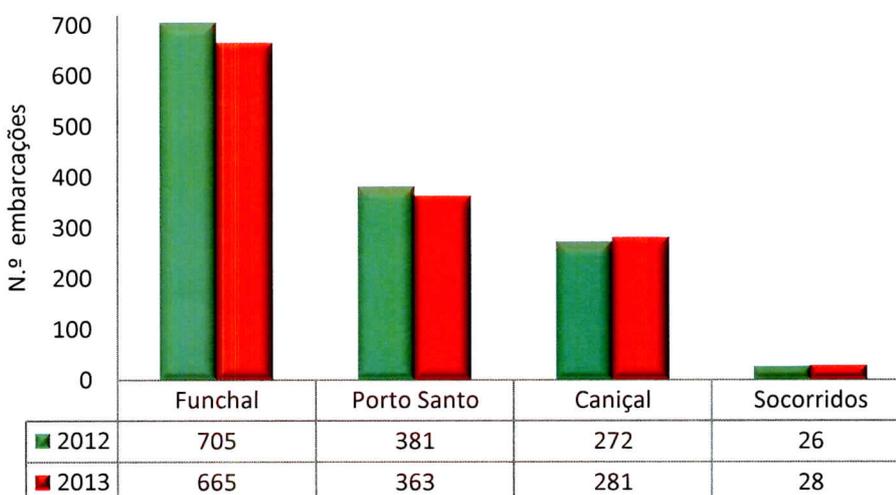
2 Atividade Portuária

Fonte: APRAM, S.A

O Porto do Funchal, com a atracação de 665 embarcações, e 50% da movimentação total, continua a ser o principal porto de escala de navios, embora com um decréscimo de 40 navios (-6%) em relação ao ano de 2012.

Em termos de movimentação de embarcações, segue-se o porto do Porto Santo, com 27% do movimento e o Caniçal com 21%.

Gráfico 3– Evolução do movimento de escalas de navios por porto



Fonte: APRAM, S.A.

Comparativamente ao ano anterior, o porto do Funchal registou a maior quebra do número de embarcações que escalaram os portos da RAM.

O número de navios que escalaram os portos do Funchal e do Porto Santo foi condicionado pelas número de escalas do Lobo Marinho, navio que assegura as ligações marítimas regulares de passageiros e carga no âmbito da concessão de serviço público.

2.2. Movimento de Passageiros

O movimento global de passageiros nos Portos da RAM registou uma variação negativa de 13%, comparativamente ao ano de 2012, que se traduziu numa redução global de 128 111 passageiros.

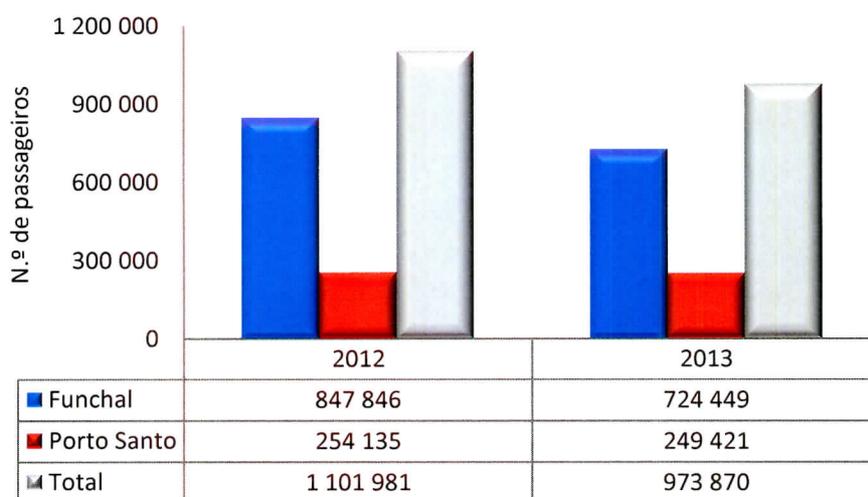
Em termos de evolução, por porto, verificamos que o porto do Funchal apresentou um decréscimo de 123 397 passageiros (- 17%), devido à diminuição do número de passageiros da linha Madeira Porto Santo e do movimento de passageiros provenientes dos navios de cruzeiros.

2 Atividade Portuária

No porto do Porto Santo, a movimentação global de passageiros decresceu 2%, comparativamente a 2012, o que equivale a menos de 4 714 passageiros, fruto do menor número de passageiros que efetuaram a ligação Funchal / Porto Santo / Funchal.

O porto do Porto Santo movimentou 26% do número total de passageiros, enquanto o porto do Funchal movimentou os restantes 74%.

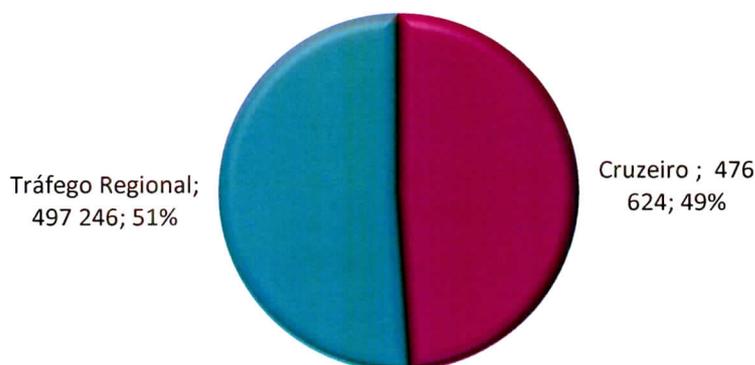
Gráfico 4 – Evolução do movimento global de passageiros por porto



Fonte: APRAM, S.A.

Por segmento de mercado de passageiros, 49% corresponde a passageiros provenientes dos navios de cruzeiro, enquanto 51% pertence ao tráfego regional (ligação Funchal / Porto Santo / Funchal).

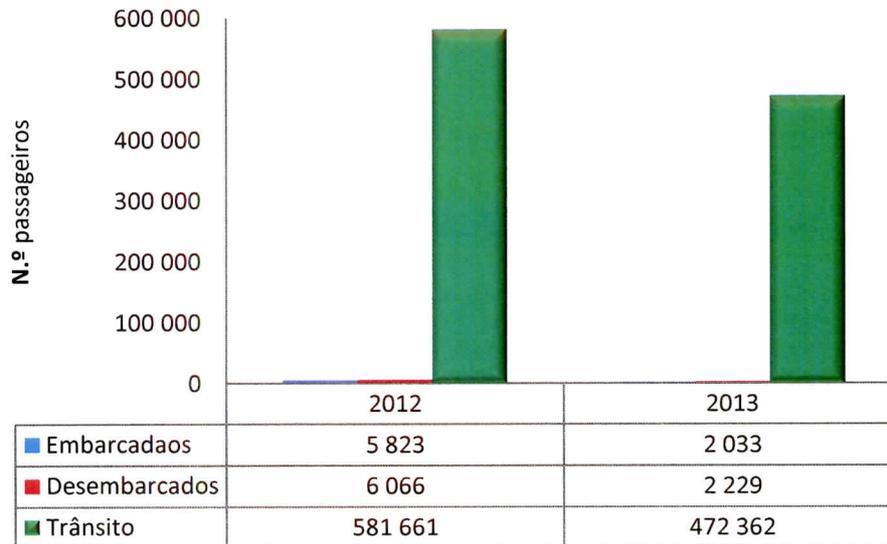
Gráfico 5 – Distribuição dos passageiros por segmento



Fonte: APRAM, S.A.

2 Atividade Portuária

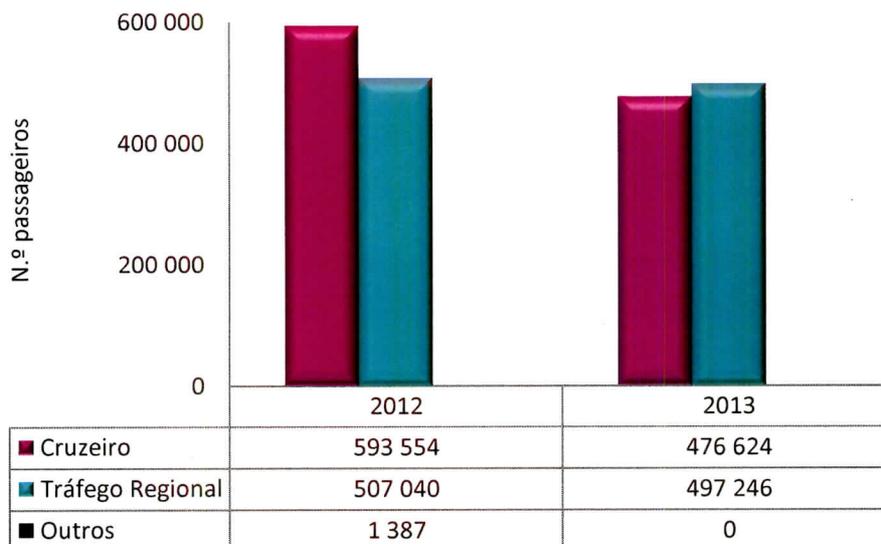
Gráfico 6 – Evolução global dos passageiros provenientes do segmento de cruzeiros



Fonte: APRAM, S.A.

De realçar que no segmento de passageiros provenientes de navios de cruzeiro no porto do Porto Santo, verificou-se uma evolução positiva de 30%: 615 passageiros em 2012 e 768 passageiros em 2013.

Gráfico 7 – Evolução do movimento global de passageiros, por segmento



Fonte: APRAM, S.A.

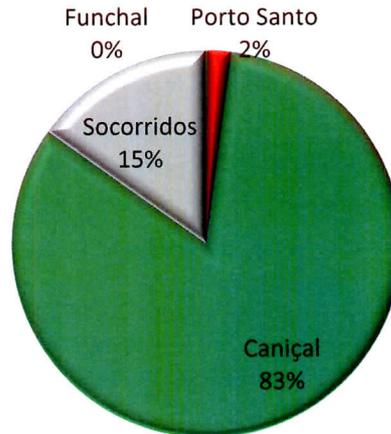
2 Atividade Portuária

2.3. Movimentação global de mercadorias

No ano de 2013 movimentaram-se nos portos da RAM 1 125 861 toneladas.

Verificamos que 83% das mercadorias foram movimentadas no porto do Caniçal, seguindo-se o terminal marítimo dos Socorridos com 15%.

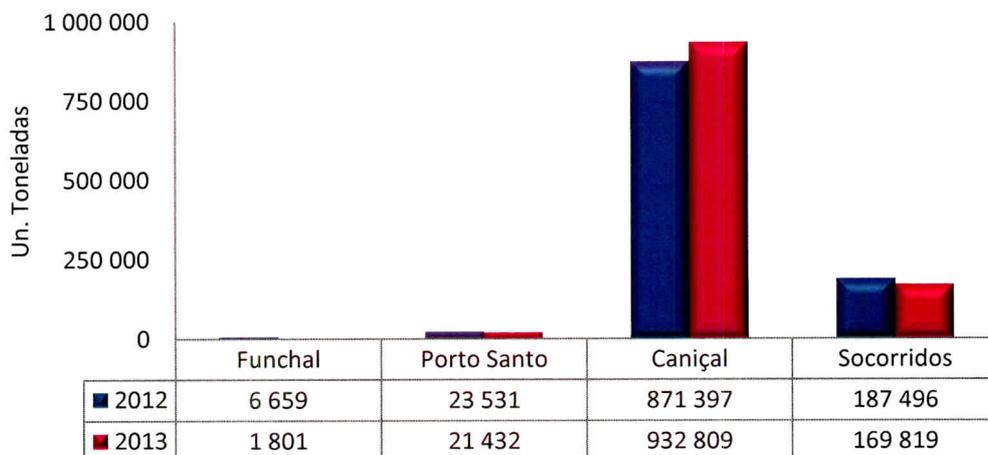
Gráfico 8 – Movimentação de mercadorias por porto



Fonte: APRAM, S.A

Comparativamente ao ano anterior, verificou-se uma variação global positiva de 3% no movimento global de mercadorias, o que representou um acréscimo de 36 778 toneladas, devido ao crescimento dos graneis movimentados, enquanto nos restantes tipos de mercadorias verificou-se uma descida generalizada, conforme se pode constatar pelo gráfico infra:

Gráfico 9 – Evolução do movimento de mercadorias por infra estrutura portuária



Fonte: APRAM, S.A.

2 Atividade Portuária

O acréscimo do movimento de mercadorias no porto do Caniçal, comparativamente ao ano anterior, deveu-se à movimentação de graneis, em especial aos movimentados no Centro Logístico de Combustíveis, que são agregados aos dados desta infra estrutura portuária e conforme discriminado no gráfico 11.

O porto do Funchal registou um decréscimo bastante acentuado no movimento de mercadorias (-4 858 toneladas), explicado pela suspensão do transporte de mercadorias de e para o continente português, que era efetuado através da Naviera ARMAS.

O porto do Porto Santo manteve a tendência negativa dos últimos anos. Comparativamente a 2012, o decréscimo foi de 10% (-2 099 toneladas).

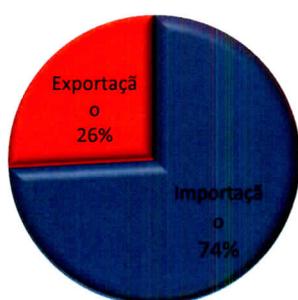
O Porto do Caniçal registou um acréscimo de 7% comparativamente a 2012, incremento esse que resultou essencialmente do aumento da importação de graneis, conforme já havia sido explicitado acima.

A variação negativa registada no terminal dos Socorridos (combustíveis e cimento) atingiu os 10% (-17 677 toneladas) comparativamente ao ano anterior.

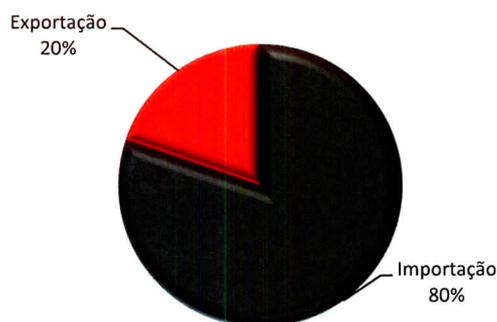
Comparativamente ao ano anterior, verificou-se uma variação global negativa na relação entre as importações e exportações de mercadorias, conforme se pode constatar nos gráficos abaixo:

Gráfico 10 – Relação importação / exportação de mercadorias

Mercadoria Contentorizada



Carga geral



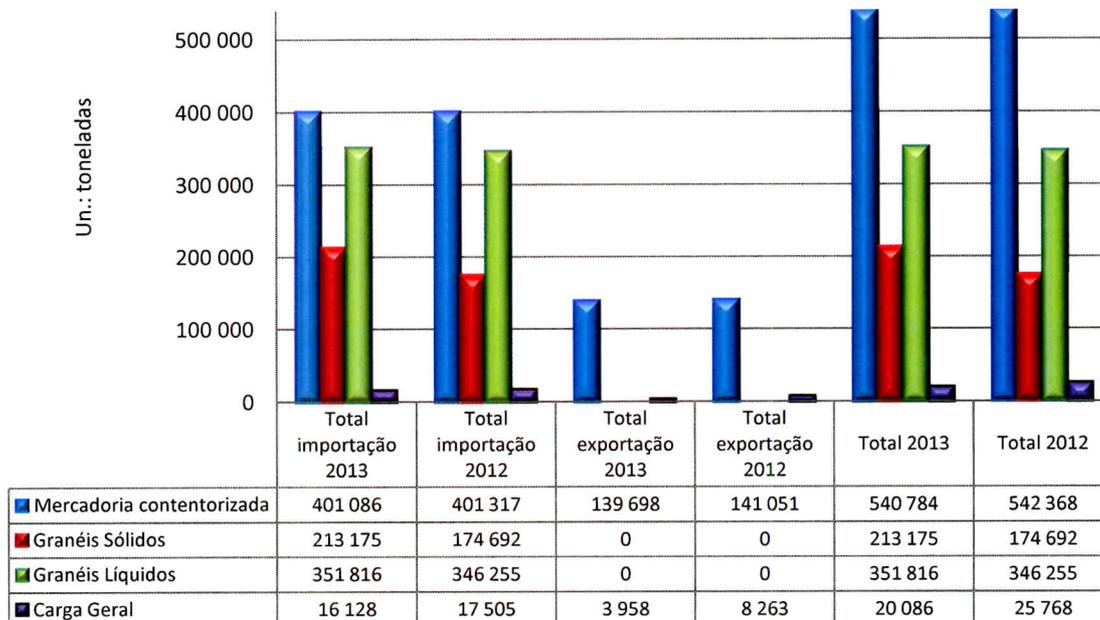
Fonte: APRAM, S.A.

As exportações verificaram-se somente nos segmentos de mercadoria contentorizada e carga geral.

Comparativamente ao ano de 2012, a evolução da importação/exportação de mercadorias foi a expressa no gráfico seguinte:

2 Atividade Portuária

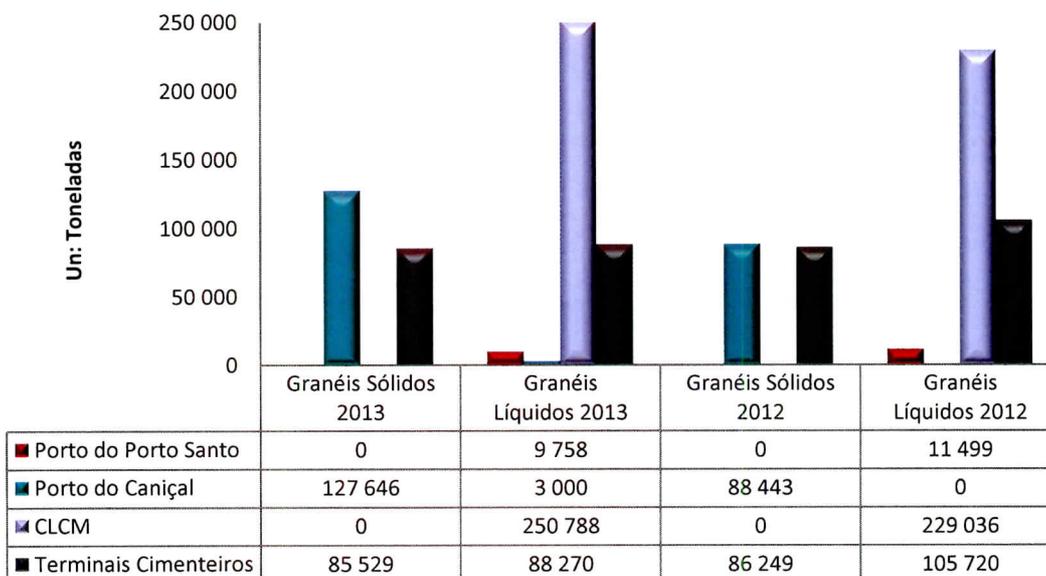
Gráfico 11 – Evolução do movimento de mercadorias – importação / exportação



Fonte: APRAM, S.A.

Pela relevância do crescimento dos graneis movimentados, comparativamente ao ano anterior, apresentamos no gráfico abaixo a evolução por infra estrutura:

Gráfico 12 – Evolução do movimento de graneis / infra estrutura portuária



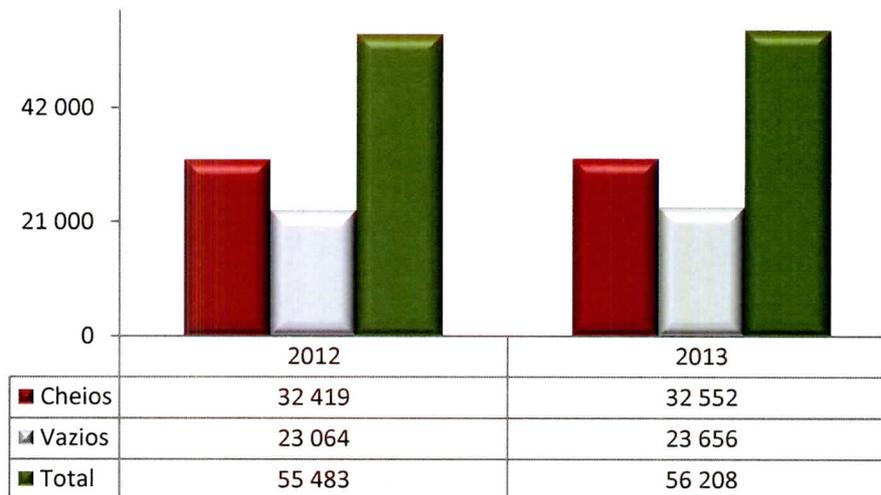
Fonte: APRAM, S.A.

M
R

2 Atividade Portuária

O movimento geral de contentores registou um acréscimo global de 1% (725 unidades), sendo o crescimento mais acentuado verificado no movimento de contentores vazios (3%), que equivalem a 592 unidades.

Gráfico 13 – Movimento geral de contentores

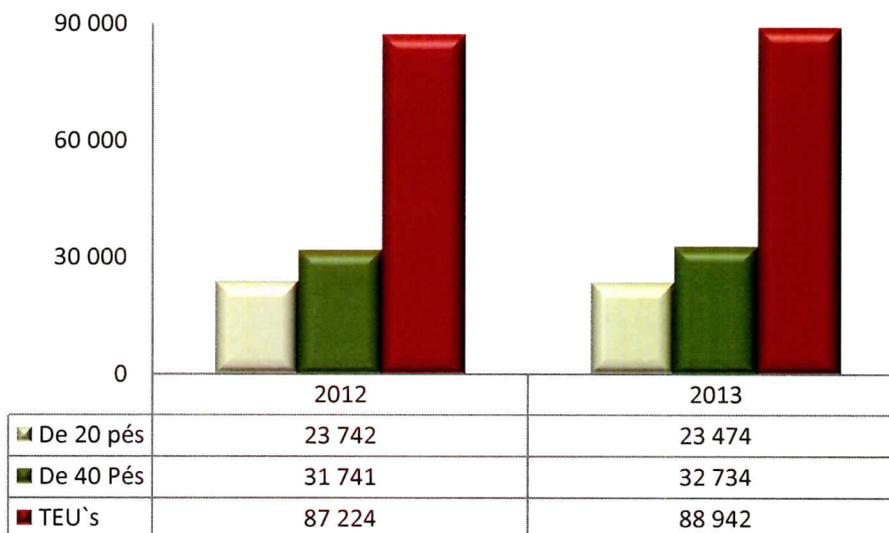


Fonte: APRAM, S.A.

Quanto ao tipo de contentor, de 2012 para 2013, houve um decréscimo de -1% nos contentores de 20` e um acréscimo de 3% nos contentores de 40`.

Em termos globais, a movimentação de contentores, expressa em TEU's, registou um crescimento de 2% (1 718 TEU`s), comparativamente ao ano anterior.

Gráfico 14- Movimento de Contentores, por tipo



Fonte: APRAM, S.A.

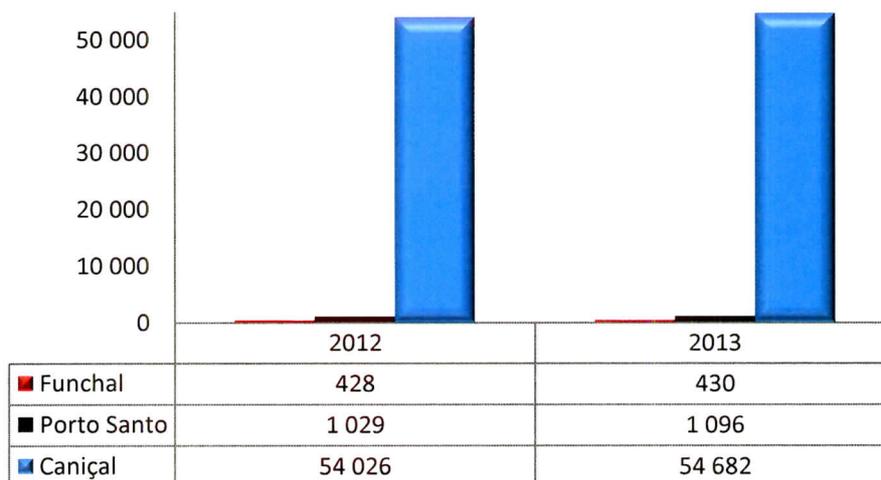
Nota: Contentor de 20`=1 TEU; 40`=2 TEU`s



2 Atividade Portuária

O porto do Funchal registou, comparativamente ao ano anterior, um decréscimo de 16% no número de contentores movimentados, enquanto que os portos do Porto Santo e Caniçal registaram um decréscimo de 11% cada.

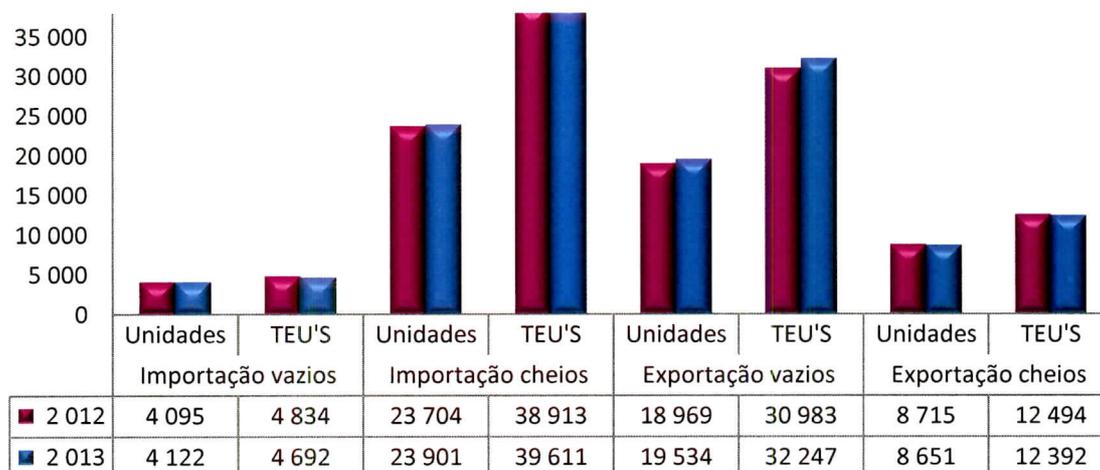
Gráfico 15 - Movimento de Contentores, por porto



Fonte: APRAM, S.A.

A maior parte do movimento de contentores nos portos do Funchal e do Porto Santo dizem respeito a contentores de mercadoria interilhas, e no âmbito da concessão da linha regular de transporte de passageiros e mercadorias por via marítima entre a Madeira e o Porto Santo.

Gráfico 16 - Movimento de contentores – cheios/vazios e importação/exportação



Fonte: APRAM, S.A.

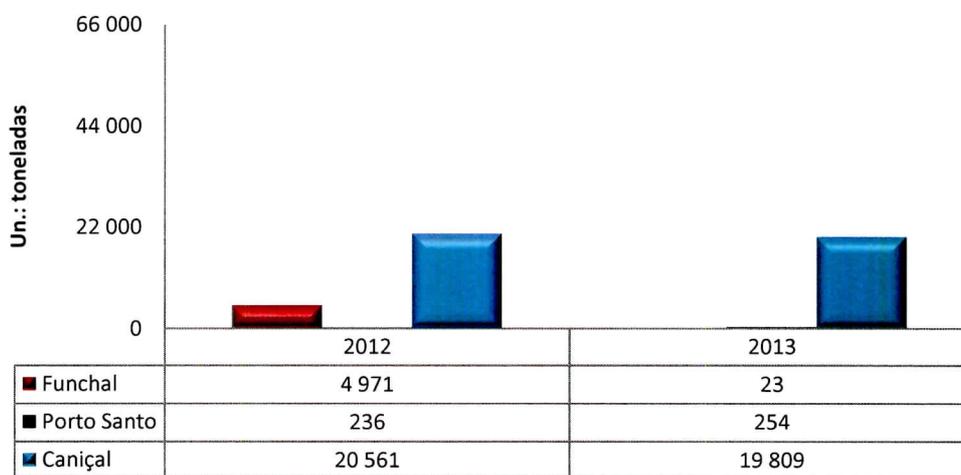
2 Atividade Portuária

Quanto à carga geral fracionada, em 2013, registou-se um decréscimo de 28% (- 5 682 toneladas).

O porto do Funchal registou uma enorme quebra (-4 948 toneladas), relacionada com a diminuição de mercadorias enviadas de e para o Porto Santo e, cumulativamente com o fim da atividade do ferry que fazia a ligação entre as Ilhas Canárias e o Continente português.

Já o Porto do Porto Santo registou um acréscimo de 7% e no Porto do Caniçal a diminuição atingiu os -4%.

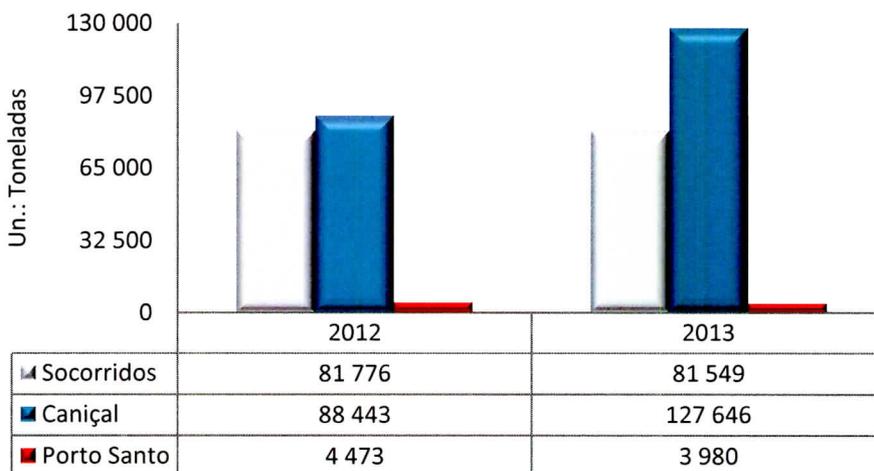
Gráfico 17– Carga Geral Fracionada, por portos da RAM



Fonte: APRAM, S.A.

No ano em análise, comparativamente ao ano anterior, a entrada de graneis sólidos registou uma variação positiva de 18%, ou seja, 38 483 toneladas.

Gráfico 18 – Granéis Sólidos, por portos da RAM



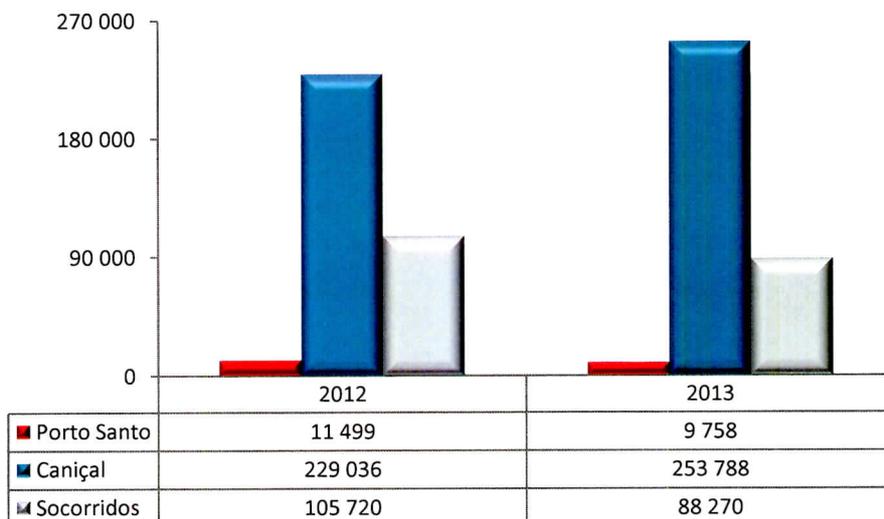
Fonte: APRAM, S.A.



2 Atividade Portuária

A descarga de granéis líquidos registou uma variação positiva de 2% em 2013 comparativamente ao ano anterior.

Gráfico 19 - Granéis Líquidos, por portos da RAM



Fonte: APRAM, S.A.

Em termos gerais, e comparativamente ao ano anterior, a carga contentorizada e a carga fracionada sofreram um decréscimo, enquanto os granéis registaram um crescimento global de 20%, o que equivaleu a um acréscimo de 44 044 toneladas.



100

Evocação do centenário
da Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal

3. RECURSOS HUMANOS



Homenagem aos trabalhadores dos Portos da Região Autónoma da Madeira, que trabalharam, e trabalham, deram e dão o seu melhor para o sucesso dos nossos portos, a história e o percurso da nossa instituição.

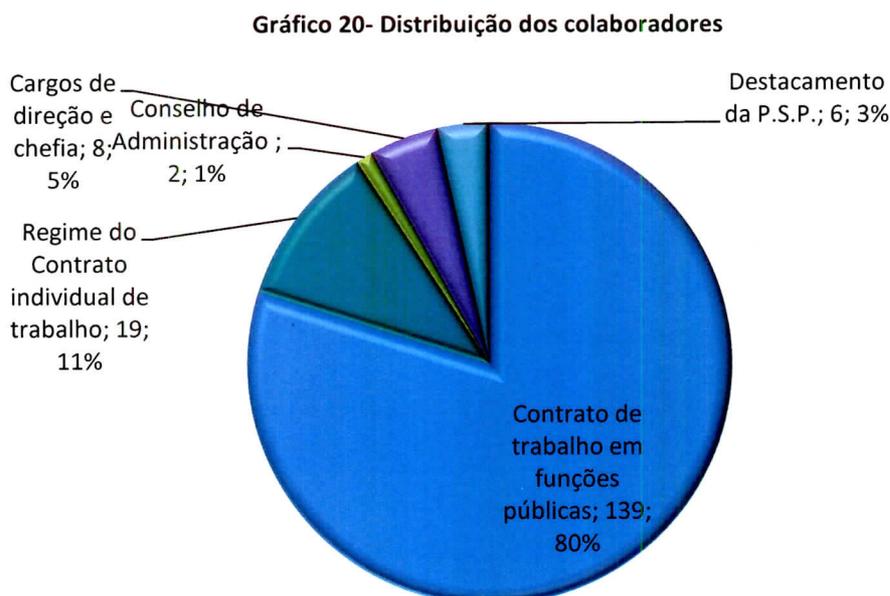


3 Recursos Humanos

3. RECURSOS HUMANOS

3.1. Caraterização

O efetivo total da APRAM, S.A., em 31 de Dezembro de 2013, era de 167 colaboradores, com a distribuição, por vínculos, conforme gráfico infra:



Fonte: APRAM, S.A.

Do mapa de pessoal da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira S.A. fazem parte 158 colaboradores: 139 trabalhadores transitaram dos organismos que antecederam a APRAM, S.A. e são trabalhadores contratados em regime de contrato de trabalho em funções públicas e 19 são contratados em regime de contrato individual de trabalho.

Os titulares de cargos de direção e chefia, com exceção do Diretor de Gestão de Recursos, Ambiente e Segurança, são trabalhadores do quadro de pessoal da APRAM, S.A. e como tal, também contabilizados no pessoal do quadro.

Comparativamente ao ano anterior, verificamos uma estabilização dos trabalhadores do mapa de pessoal.

De realçar o decréscimo global de 23% do quadro de pessoal (-37 trabalhadores) registado na última década, considerando as estruturas orgânicas que antecederam a APRAM, S.A. – Direção Regional dos Portos e o Instituto Público da Administração dos Portos da Madeira.

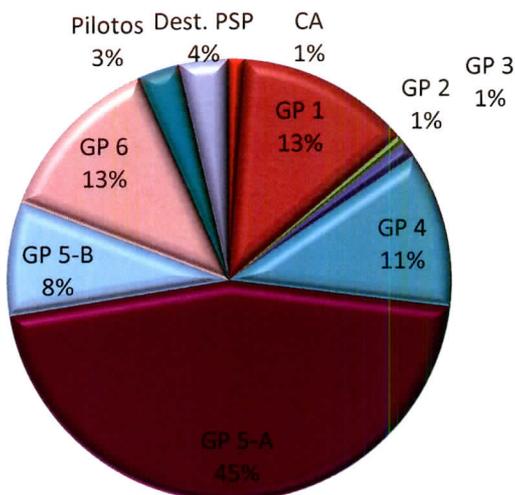


3 Recursos Humanos

Dos trabalhadores do mapa de pessoal, três encontravam-se a desempenhar funções noutros serviços.

A distribuição e evolução do efetivo global, por níveis de qualificação é a indicada no gráfico infra:

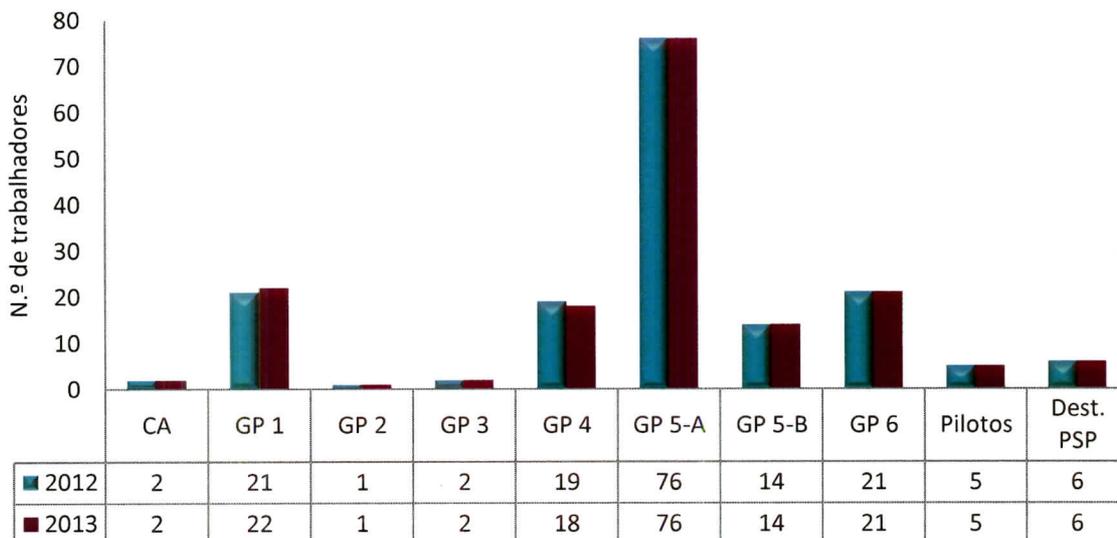
Gráfico 21- Distribuição dos efetivos, por grupos profissionais



Fonte: APRAM, S.A.

No ano de 2013 verificou-se uma saída por licença sem vencimento e uma admissão, pelo que a evolução dos efetivos por grupos profissionais foi nula.

Gráfico 22- Evolução da distribuição dos efetivos, por grupos profissionais



Fonte: APRAM, S.A.

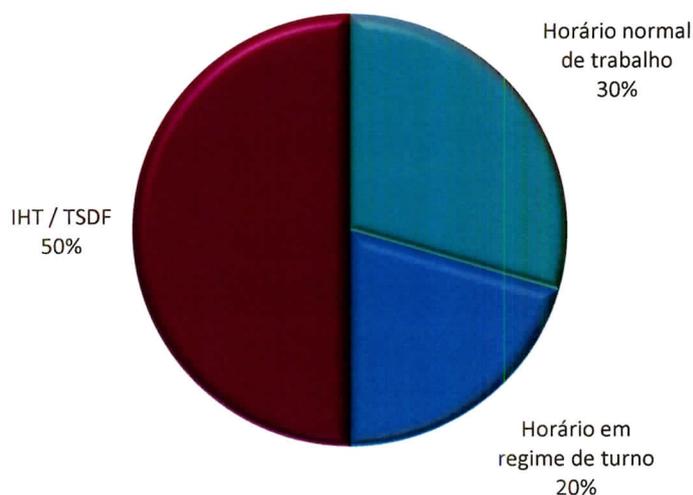
3 Recursos Humanos

3.2. Regime de Trabalho

A especificidade do regime de trabalho, no que concerne à tipologia dos horários praticados, resulta da permanente necessidade de adequar os recursos humanos à atividade portuária de modo a manter operacionais e em segurança todas as infraestruturas portuárias sob responsabilidade da APRAM, 24 horas por dia, os sete dias da semana.

No regime de isenção de horário de trabalho, para as tripulações e pilotos está incluída a modalidade de compensação por trabalho aos sábados, domingos e feriados.

Gráfico 23 - Modalidades de Horários de Trabalho



Fonte: APRAM, S.A.

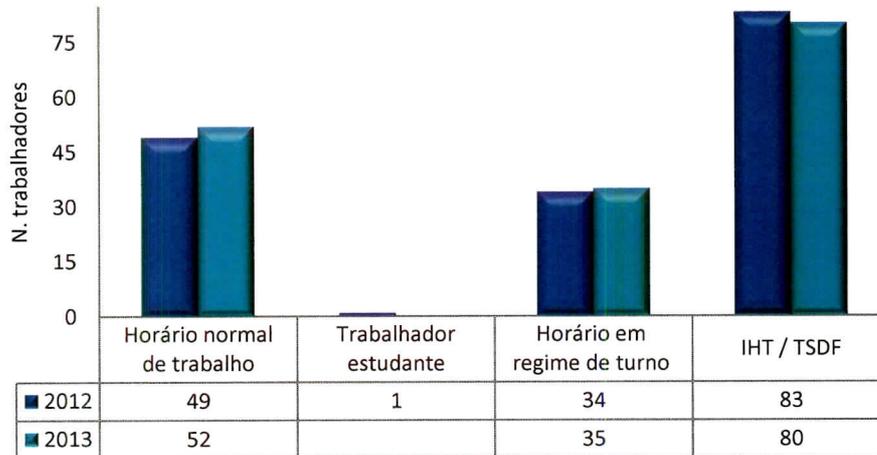
Comparativamente ao ano anterior, houve alteração de horário de trabalho dos seguintes trabalhadores:

- o trabalhador estudante que cessou este regime;
- não renovação da comissão de serviço a 2 trabalhadores que desempenhavam funções em regime de IHT;
- 1 colaborador que renunciou ao regime de IHT.

Todos estes trabalhadores passaram ao regime de horário normal de trabalho.

3 Recursos Humanos

Gráfico 24 – Evolução Modalidades de Horários de Trabalho



Fonte: APRAM, S.A.

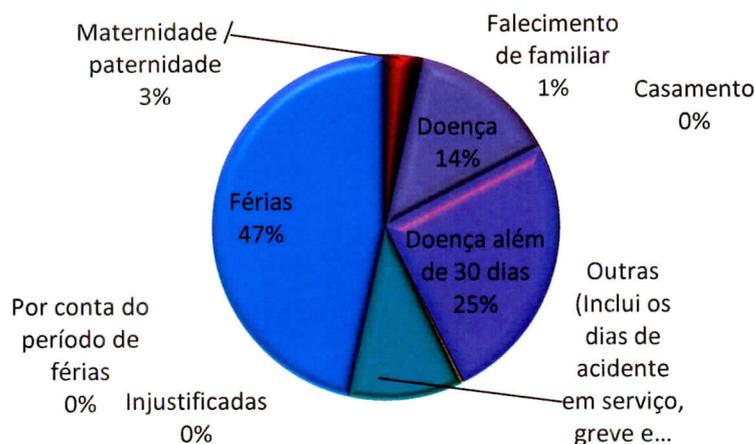
3.3. Absentismo

Qualquer situação de ausência prolongada por doença provoca significativas alterações na taxa de absentismo, nomeadamente por doença, que em 2013 apresentou um valor de 4,4%.

Para este valor, contribuíram significativamente 5 trabalhadores que se encontram na situação de junta médica por doença prolongada e que aguardam as condições necessárias para a sua aposentação, através de junta médica da Caixa Geral de Aposentações.

De realçar que os dias por greve, atividade sindical e acidente em serviço representaram 10% do total de dias perdidos.

Gráfico 25 - Absentismo/Motivo



Fonte: APRAM, S.A.

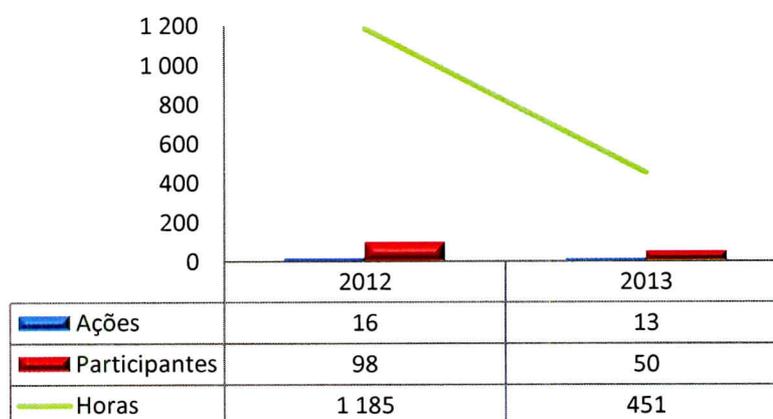
3 Recursos Humanos

3.4. Formação Profissional

No ano de 2013, foram realizadas 13 ações de formação – 4 internas e 9 externas, com um total de 50 participantes e 451 horas de formação.

O investimento feito em formação profissional caracterizou-se por uma média de formação/trabalhador de 9 horas, e uma taxa de participação de 30% do efetivo.

Gráfico 26- Formação Profissional



Fonte: APRAM, S.A.

O ano de 2013 pautou-se por um aumento no número de participantes em ações de formação, situação que tem que ser observada numa ótica plurianual, face ao enorme investimento realizado nos anos anteriores, designadamente na formação ministrada a efetivos da empresa para habilitação e certificação profissional nas carreiras marítimas.

3.5. Higiene, Segurança e Medicina no Trabalho

No ano em análise, deu-se continuação à política de cumprimento dos imperativos legais em matéria de segurança, prevenção e medicina no trabalho.

Após a aprovação do regulamento para o controlo do consumo excessivo do álcool no local de trabalho, pela Direção Regional do Trabalho, têm sido efetuados testes de controlo da alcoolemia, tendo sido submetidos a controlo 117 trabalhadores, não tendo sido detetados testes positivos.

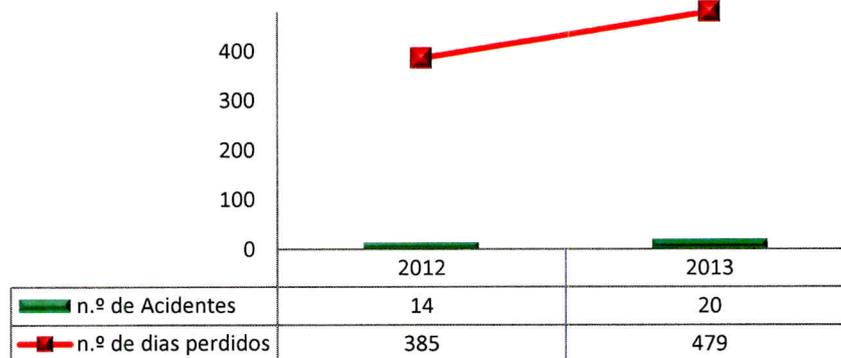
Foram ainda realizados 58 exames médicos periódicos no âmbito da medicina no trabalho, complementados por 157 exames auxiliares de diagnóstico (visioteste, ECG...).

Verificou-se uma subida no número de acidentes em serviço e dos dias perdidos, comparativamente ao ano anterior, conforme se pode constatar no gráfico seguinte.



3 Recursos Humanos

Gráfico 27- Acidentes de Trabalho/Dias Perdidos



Fonte: APRAM, S.A.

Refira-se que em 8 acidentes de trabalho não foi atribuída qualquer incapacidade e que em 4 situações resultou uma ausência superior a 60 dias.

O quadro de pessoal da empresa integra 5 trabalhadores portadores de deficiência.

A nível de doenças profissionais não existe nenhum caso a assinalar.

3.6. Ação Social

Neste domínio, manteve-se um regime privativo de ação social, através da OSMOP.

Face aos novos critérios de atribuição de subsídios, não foi efetuado qualquer empréstimo nem nenhum subsídio porque nenhum dos trabalhadores reunia condições.

3.7. Responsabilidade Social

A APRAM, S.A. possibilitou a realização de realizados estágios curriculares aos alunos a seguir indicados:

- 3 alunos do curso de recursos humanos e organização e gestão comercial, do ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração;
- 2 alunos do curso profissional de técnico de transportes, ministrado pelo IPTL – Instituto Profissional de Transportes e Logística da Madeira;
- 2 alunos do curso técnico profissional de Sistemas e Tecnologias de Informação da Escola Secundária Francisco Franco;
- 1 aluno do curso profissional técnico de gestão e equipamento informático da Escola Básica, 2.º e 3.º Ciclos Dr. Eduardo Brazão de Castro.

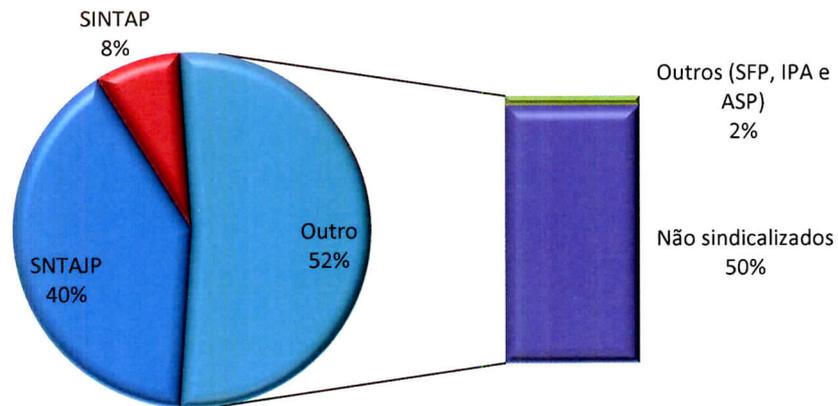
3.8. Relações Coletivas de Trabalho e Disciplina



3 Recursos Humanos

A participação dos trabalhadores da APRAM, S.A. em matérias laborais tem sido efetuada através dos Sindicatos representativos do setor, tendo-se realizado algumas reuniões entre a APRAM, S.A. e os sindicatos, no decurso de 2013.

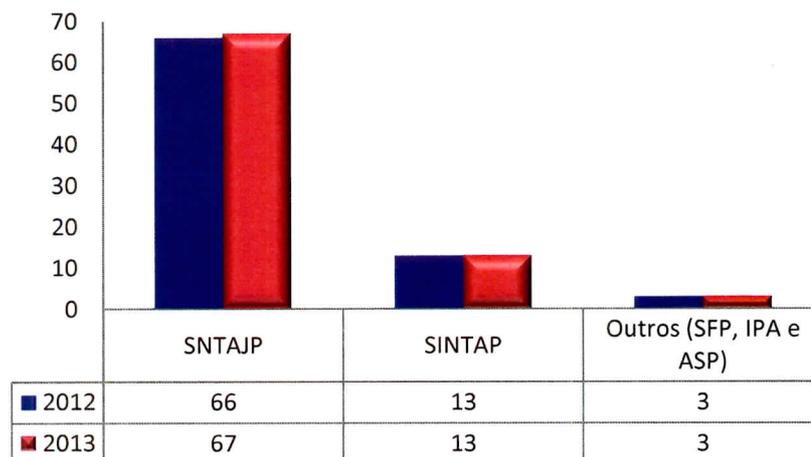
Gráfico 28 – Distribuição dos trabalhadores por sindicatos



Fonte: APRAM, S.A

Do efetivo, 83 trabalhadores são sindicalizados, o que representa uma taxa de sindicalização de 49,7% e, destes, 81% são filiados no SNTJAP – Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Juntas e Administrações Portuárias.

Gráfico 29 – Evolução da Sindicalização



Fonte: APRAM, S.A.

No âmbito das regalias concedidas aos Delegados Sindicais, o dirigente sindical, representante regional do SINTAP, dirigente regional deste Sindicato, está dispensado às sextas-feiras, de acordo com a Lei Sindical.

100

Evocação do centenário
da Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal



4. GOVERNO DA SOCIEDADE



Em 28 de Agosto de 1953, o Conselho Superior de Obras Públicas pronuncia-se favoravelmente para o projeto de prolongamento no terceiro molhe (o cais passa de 390 mt para quase 1000 mt). A intervenção é concluída em 1961 e permanece até aos dias de hoje.



PORTOS DA MADEIRA
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.



4 Governo da Sociedade

4. GOVERNO DA SOCIEDADE

Neste capítulo, dá-se cumprimento ao dever de informação, previsto no artigo 14.º do regime jurídico do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira.

A adoção de uma estrutura de Governance, em consonância com a estratégia da empresa e com as orientações de gestão emanadas pelo acionista, assente na transparência, controlo e eficiência, é considerada uma das questões fundamentais para a sustentabilidade da empresa.

4.1. Orientações de Gestão

O ano de 2013 foi fortemente condicionado pela implementação das medidas preconizadas no Plano de Ajustamento Económico Financeiro (PAEF). Nesta medida, as orientações do acionista colocaram o enfoque na redução dos custos operacionais da empresa e no aumento das suas receitas.

Não obstante as medidas tomadas nesse sentido, importa não esquecer o cenário de contração económica que vivemos, com acentuadas quebras estruturais, em especial no consumo privado.

Em consequência, apesar de uma ligeira subida na movimentação dos graneis, fruto da retoma de algumas obras públicas, a restante movimentação de mercadorias e de passageiros apresentou quebras significativas, com reflexo direto no volume de negócios da empresa.

No lado da despesa, procurou-se atingir a almejada redução de 15% nos custos operacionais comparativamente a 2009, conforme resulta da medida 61 do PAEF.

A conjugação dos dois fatores acima referidos (quebra da receita/necessidade de corte de despesa), aliado ao enorme serviço da dívida, suportado em parte com receitas próprias da APRAM, S.A., conduziu a um orçamento de forte contenção do investimento, elevado endividamento junto dos fornecedores de bens correntes e de investimento, como é do inteiro conhecimento do acionista. Contudo, importa referir que, de um ponto de vista estrutural, a atuação da empresa continua a basear-se nas orientações constantes do PDES - Plano de Desenvolvimento Económico Social 2007-2013, do Programa de Governo 2011-2014 e do plano de negócios da APRAM 2012-2015.

Neste contexto, estão definidos objetivos estratégicos, de cariz plurianual, a desenvolver com base nas seguintes premissas:

- Função de acionista e de tutela sectorial exercida pelo Governo Regional da Madeira, através da Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes;



4 Governo da Sociedade

- Gestão articulada com a tutela, em termos de planeamento e de financiamento partilhado do investimento;
- Sustentabilidade da atividade com crescente ênfase na segurança marítimo-portuária e na qualidade;
- Eficiência económica na atividade e política de investimentos reprodutivos, orientados para o mercado.

Deste modo, as orientações de gestão para o sistema portuário regional são marcadas, do ponto de vista macro, por um posicionamento estratégico orientado para a concretização dos seguintes Objetivos Estratégicos:

- Reforçar a competitividade dos Portos da Madeira, relevando a sua centralidade atlântica, em especial no segmento do mercado de cruzeiros;
- Participar ativamente na promoção do desenvolvimento sustentado da região;
- Assegurar as melhores práticas de atuação, que reforcem a segurança e promovam a proteção da propriedade e do ambiente;
- Promover o equilíbrio económico-financeiro da Administração dos Portos;
- Desenvolver uma gestão valorativa do capital humano.

4.2. Identificação e Estrutura dos Órgãos Sociais

Os órgãos sociais eleitos pela Assembleia Geral de 21 de Novembro de 2011, com as alterações ocorridas na Assembleia Geral de 15 de Maio de 2012, os órgãos sociais no exercício de 2013 tinham a seguinte composição:

- Mesa da Assembleia Geral:
 - Presidente: Dr. Paulo Duarte Rodrigues de Jesus;
 - Vogal: Dr.^a Maria de Fátima Pita Carvalho Correia;
 - Secretário da Mesa: Dr.^a Sónia José Carvalho Olim Menezes.
- Conselho de Administração:
 - Presidente: Dr.^a Alexandra Cristina Ferreira Mendonça;
 - Vogal executivo: Dr. Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus;
 - Vogal não executiva: Dr.^a Tânia Bernardete Manica Martins.

Na estrutura de gestão do Conselho de Administração não existem comissões especializadas.



4 Governo da Sociedade

- Fiscal Único:

CRC – Colaço, Lima, Rosa, Carrilho & Associados, SROC, Ld.ª.

4.3. Funções exercidas noutras empresas

A Presidente do Conselho de Administração desempenha funções, não remuneradas, de vogal da direção da Associação de Promoção da Madeira.

4.4. Áreas de Tutela e Síntese Curricular dos Membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração não tem áreas de tutela definidas.

- A Presidente do Conselho de Administração será substituída, nas suas faltas e impedimentos pelo vogal Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus;
- São competências específicas da Presidente do Conselho de Administração a coordenação e a orientação geral das atividades deste órgão e, em especial:
 - Convocar o Conselho de Administração, fixar a agenda de trabalhos e presidir às respetivas reuniões;
 - Representar o Conselho de Administração, em juízo e fora dele, sem prejuízo de outros representantes ou mandatários que puderem ser designados para o efeito.
- Sempre que circunstâncias excecionais e urgentes o exijam e, não sendo possível reunir o Conselho, a presidente pode praticar quaisquer atos da competência deste, mas tais atos ficam sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática;
- O Conselho de Administração poderá delegar em algum ou alguns dos seus membros alguma ou algumas das suas competências, definindo em ata os limites e condições de tal delegação, conforme o disposto no artigo 11.º dos Estatutos da APRAM, S.A. sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais;

O Conselho de Administração vincula-se:

- Pela assinatura de dois membros do conselho de administração;
- Pela assinatura de um administrador quando haja delegação expressa do conselho para a prática de um determinado ato;
- Pela assinatura de mandatário constituído, no âmbito do correspondente mandato;



4 Governo da Sociedade

- Em assuntos de mero expediente, basta a assinatura de um membro do conselho de administração.

Nos parágrafos seguintes é apresentada uma síntese dos elementos curriculares dos administradores supra identificados.

Presidente do Conselho de Administração

Dr.^a Alexandra Cristina Ferreira Mendonça

Formação Académica:

- Curso de pós graduação em Direito Fiscal e Introdução à Contabilidade pela ECLA - Lisboa, obtido em 1990;
- Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, obtida em 1989-01-13;
- “Diploma Superior de Estudos Franceses Modernos” da Alliance Française, obtido em 1983-06-30.

Atividade Profissional:

- 1991 - Ingresso no quadro de pessoal da Direção Regional do Turismo (DRT);
- 1999-2005 - Comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão de Atividades Turísticas da Direção Regional do Turismo;
- 2005-2008 - Comissão de serviço no cargo de Diretora de Serviços de Empreendimentos e Atividades Turísticas;
- Desde 15 de agosto de 2008 a 20 de novembro de 2011 – Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- Desde 21 de novembro de 2011 – Presidente do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;

Outras experiências profissionais:

- Estágio de advocacia na Ordem dos Advogados pelo Conselho Distrital de Lisboa (1990-1991);
- Exercício de funções docentes da disciplina de introdução à atividade económica no liceu Jaime Moniz (1992-1993);
- Exercício de funções docentes da cadeira de direito do mar (1994);

4 Governo da Sociedade

- Exercício de funções docentes da cadeira de legislação turística internacional no curso de Correios de Turismo, realizado pelo ISAL (1997-1999);
- Exercício de funções docentes da cadeira de legislação turística na Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira (2000-2002).

Participação em Comissões/Grupos de Trabalho:

- Nomeada como representante da Secretaria Regional do Turismo e Cultura no grupo de trabalho e coordenação para a instalação da nova Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira;
- Nomeada como representante da Secretaria Regional do Turismo e Cultura na comissão mista de coordenação do Plano de Ordenamento Turístico da RAM (POT);
- Nomeada como representante da Secretaria Regional do Turismo e Cultura na comissão de acompanhamento da Operação Integrada de Desenvolvimento do Porto Santo;
- Nomeada como representante da Secretaria Regional do Turismo e Cultura na comissão técnica de acompanhamento da elaboração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC);
- Praticum de L'OMT - Participação no programa organizado pela Organização Mundial do Turismo, realizada em Madrid em setembro de 2004, curso internacional de política e estratégia;
- Participação em conferências no âmbito da atividade portuária, nomeadamente na conferência internacional "Decision Makers Nacionais e Internacionais da Indústria Marítima e Portuária", que se realizou em Angola.

Vogal do Conselho de Administração

Dr. Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus

Formação Académica:

- Curso de pós graduação em Gest@o.com do INDEG, Bussiness School do ISCTE - concluído em 2004;
- Curso de Fiscalidade Empresarial da Escola de Pós-Graduação em Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa - concluído em 1997;

4 Governo da Sociedade

- Curso de pós graduação em Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, variante de economia - concluído em 1993;
- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - concluída em 1992.

Atividade Profissional:

- Nomeado Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Portos da Madeira, SA, desde 21/11/2011;
- Nomeado em comissão de serviço no cargo de Diretor de Serviços de Suporte e Divulgação da Direção Regional da Administração Pública e Local, em 01/03/2011.
- Nomeado em comissão de serviço no cargo de Diretor do Gabinete de Inovação Tecnológica na Administração Pública da Direção Regional da Administração Pública e Local, em 10/07/2001;
- Nomeado no cargo de Chefe da Divisão de Modernização Administrativa da Direção Regional da Administração Pública e Local, em 29/03/1999;
- Ingresso no quadro de pessoal da Direção Regional de Administração Pública e Local, a 13/06/1994, na categoria de consultor jurídico (atualmente mantém o vínculo à mesma Direção Regional, na categoria de técnico superior, posição remuneratória 9, nível 42).

Outras Experiências Profissionais:

- Nomeado como representante da Direção Regional da Administração Pública e Local no Painel de Especialistas no âmbito do Barómetro Regional da Qualidade, em Novembro de 2006.
- Nomeado como representante da Direção Regional da Administração Pública e Local no grupo de trabalho que procedeu à recolha de medidas legislativas e regulamentares a tomar com vista à desburocratização de procedimentos (Operação Arrasar), pelo Despacho n.º 210/2005, de 14/12.
- Nomeado como representante da Direção Regional da Administração Pública e Local no grupo de trabalho que procedeu à compilação dos modelos de requerimentos e formulários utilizados no Governo Regional, pelo Despacho Conjunto n.º 10/2001, de 10/5.

4 Governo da Sociedade

- Nomeado como vogal da comissão instaladora da Loja do Cidadão da Madeira, pela Resolução nº 1422/99, de 24/9.

Vogal do Conselho de Administração – membro não executivo

Dr.ª Tânia Bernardete Manica Martins

Formação Académica:

- Licenciou-se em 2002 em Gestão pela Universidade da Madeira.
- É membro da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas desde 2002.

Atividade Profissional:

- Iniciou a sua atividade profissional em 2002 como administrativa/apoio financeiro na Firma Vicente Pestana Aragão, Lda.,
- Em 2002 trabalhou como contabilista na firma Carriche & Gouveia Lda.
- Em 2003 iniciou estágio como contabilista na firma FINIRAM - Consultoria Financeira e Investimentos Lda., até 2004.
- Trabalhou no Banco Internacional do Funchal, S.A. – BANIF, em 2005, na área comercial, bem como no Centro de Empresas e ainda na Secção de Análise de Risco/Crédito.
- Em 2006 ingressou nos Quadros do Banco Português de Investimento, S.A. – BPI, para desempenhar funções no Centro de Investimentos.
- Em 2007, é admitida na Função Pública no Quadro da então Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimentos dos Recursos, da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, para desempenhar funções na Divisão de Gestão Financeira e Orçamental – Secção de Gestão Orçamental.
- Em 2008, ingressou nos Quadros da então Secretaria Regional do Turismo e Transportes, desempenhando funções na Direcção Regional do Turismo, até 2011.
- Participou em diversas ações de formação no âmbito da Administração Pública.
- Atualmente, e desde fevereiro de 2012, desempenha funções como Técnica Superior no Gabinete de Planeamento Estratégico dos Transportes, da Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes.



4 Governo da Sociedade

4.5. Reuniões do Conselho de Administração e decisões mais relevantes

O número de reuniões do Conselho de Administração no exercício de 2013 foi de 50. Numa dessas reuniões esteve presente a administradora não executiva do Conselho de Administração, Dra. Tânia Bernardete Manica Martins.

Destacamos as seguintes deliberações tomadas no ano de 2013:

Governo da Sociedade:

- Aprovação do relatório de gestão e contas referente ao exercício do ano económico de 2012 e sua submissão à Assembleia Geral;
- Aprovação do plano de atividades e orçamento de exploração e de investimentos da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, Sociedade Anónima, para o exercício do ano 2014;
- Autorização para a celebração de um contrato de mútuo celebrado com o Governo Regional, através da Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes, até ao montante máximo de 5 400 000€.
- Autorização para a celebração de um empréstimo de curto com a Caixa Geral de Depósitos, no valor de 1 500 000€, pelo prazo de 9 meses;
- Autorização para a celebração de um acordo de reconhecimento e regularização de dívida junto da Barclay`s Bank e referente a duas contas correntes caucionadas no valor total de 13 000 000€;
- Autorização para o gozo de tolerância de ponto, nos mesmos termos concedidos pelo Governo Regional;
- Autorização para a celebração de um aditamento ao protocolo entre a APRAM, S.A. e o Instituto Hidrográfico.
- Autorização da confirmação do Alvará n.º 1, de 14 de Outubro de 2008, atribuído à ETP-RAM - Empresa de Trabalho Portuário ETP, Ld.ª para o exercício da atividade de cedência de mão de obra portuária nos portos e terminais da Região Autónoma da Madeira, pelo prazo de 3 anos, com efeitos desde 14 de Outubro de 2011;
- Renovação do Memorando de Entendimento “1.ª Coleção da Gare Marítima da Madeira pela Zarco Academy of Arts International”.

Representação em comissões:



4 Governo da Sociedade

- Nomeação da Dr.ª Alexandra Mendonça e do Dr. Marcos Teixeira de Jesus como membros do CCPTMP – Conselho consultivo para a proteção do transporte marítimo e dos portos;
- Nomeação da Dr.ª Alexandra Mendonça e do Dr. Marcos Teixeira de Jesus para integrarem, em representação da APRAM, S.A., o Centro de Coordenação Operacional Regional da Madeira / Serviço Regional de Proteção Civil;
- Nomeação da Dr.ª Maria José Abreu Gonçalves como interlocutora da APRAM, S.A. no “Observatório da Mobilidade na Cidade do Funchal”;
- Nomeação da equipa de coordenação para o projeto do cais de cruzeiros;
- Nomeação dos peritos da APRAM, S.A. que integrarão a equipa técnica especializada do Projeto NIPIM@R, promovido pela Direção Geral da Política do Mar.

Participação da APRAM, S.A. em feiras / organizações do setor:

- Autorização para a participação da APRAM, S.A no âmbito do projeto Cruises in the Atlantic Islands na Seatrade Cruise Shipping Convention Miami e na Seatrade Europe 2013 em Hamburgo;
- Autorização para a participação da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A na “43.ª Assembleia Geral da MedCruise”, realizada na Turquia.

Acordos de regularização de dívidas:

- Celebração de “Acordo de Cessão de Créditos e Pagamento” entre a APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., a empresa António Pereira e Filhos, Lda. e o IPTL – Instituto Profissional de Transportes e Logística da Madeira;
- Aprovação da minuta de acordo de pagamento a celebrar com a Câmara Municipal de Machico para o pagamento da dívida à APRAM, S.A.;
- Confissão de dívida e acordo de pagamento com revogação de contrato, celebrado entre a APRAM, S.A. e a Roff – Consultores Independentes, S.A.;
- Aprovação da minuta de acordo de pagamento e regularização de dívida a celebrar entre a APRAM, S. A. e João Silvério Pires;
- Aprovação da minuta de acordo de pagamento e regularização de dívida a celebrar entre a APRAM, S. A. e a SILOMAD, S. A.;



4 Governo da Sociedade

- Aprovação da minuta de acordo de pagamento e regularização de dívida da JFM Shipping.

Atividades filantrópicas / responsabilidade social da APRAM, S.A.:

- Autorização de isenção de taxas portuárias para contentores destinados ao “Festival Colombo”, no Porto Santo;
- Aprovação de isenções da TUP/Navio, no âmbito das Comemorações do 100.º Aniversário das Obras da Junta Autónoma do Porto do Funchal;
- Autorização para a celebração de um protocolo de parceria com o Município do Funchal, tendente ao “Observatório da Mobilidade na Cidade do Funchal”;
- Autorização para a isenção da taxa para contentor da Cruz Vermelha Portuguesa com destino a Cabo Verde;
- Autorização para a isenção da taxa para contentor da Associação Portuguesa de Deficientes (Madeira), no âmbito da campanha “Dê uma Tapa à Indiferença”;
- Autorização para a isenção da TUP/Carga de um contentor da Câmara Municipal do Funchal, com Trajes para o Desfile da “Festa da Cultura/Semana Histórica na Cidade do Funchal/2013”;
- Autorização para a isenção da TUP/Carga às viaturas participantes no Rali Vinho Madeira/2013;
- Autorização para a afixação de publicidade “BIOSFERA”, no interior da Gare Marítima da Madeira;
- Autorização para a isenção das taxas da embarcação do SANAS para apoio à travessia Lisboa Funchal efetuada em morta de água pelo Eng. Frederico Resende;
- Autorização para colocação de 1 painel com publicidade do IVBAN, atribuída ao Instituto do Vinho, Bordado e Artesanato da Madeira;
- Autorização para colocação de 1 painel com publicidade do Carreiros do Monte;
- Autorização para a isenção da TUP/Carga dos contentores que transportaram o fogo artifício para o lançamento no dia 31 de dezembro de 2013.

Contencioso:

- Adjudicação à Sérvulo & Associados - Sociedade de Advogados, RL, da “Aquisição de Serviços Jurídicos” para a preparação e acompanhamento da impugnação à decisão da Comissão Europeia no quadro do processo de financiamento das obras



4 Governo da Sociedade

do porto do Caniçal (projeto do Fundo de Coesão CCI 2003/PT/16/C/PT/003- "Desenvolvimento das infraestruturas portuárias da RAM Porto do Caniçal");

- Adjudicação à Sérvulo & Associados - Sociedade de Advogados, RL, da prestação de serviços jurídicos, no âmbito do processo arbitral que opõe a APRAM, S.A. à CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.;
- Contestação ao processo 136/13.8 BEFUN, em que é autor Pedro Anselmo Silva, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal;
- Autorização para cobrança coerciva das dívidas de diversos clientes da APRAM, S.A.;
- Autorização para acionar as garantias financeiras prestadas para o exercício da atividade de Agente de Navegação nos Portos da Região Autónoma da Madeira de alguns agentes de navegação.

Indemnizações:

- Autorização para proceder à indemnização dos danos inerentes ao sinistro ocorrido com a viatura de matrícula 02-BF-44, propriedade da empresa Aguiar & Silva, Ld.ª;
- Autorização para proceder à indemnização dos danos inerentes ao sinistro ocorrido com a viatura de matrícula 55-20-SP, propriedade da empresa Daniel Freitas Alves & Filhos, Ld.ª;
- Autorização para mandar proceder à reparação da viatura 37-83-ZM, propriedade de Urbino Diamantino Sousa Figueira.

Recursos humanos:

- Adjudicação de um mural nominativo de todos os trabalhadores da APRAM, S.A., e dos organismos que a antecederam, e no âmbito das comemorações do Centenário das Obras da Junta Autónoma do Porto do Funchal;
- Não renovação de duas chefias nível III - Serviço de fiscalização de Obras e serviço de Aprovisionamento e de uma chefia funcional, em cumprimento das metas estabelecidas no PAEF;
- Contratação, em regime de contrato individual de trabalho de um consultor jurídico;
- Avaliação extraordinária do desempenho dos trabalhadores da APRAM, S.A.;



4 Governo da Sociedade

- Autorização para o deferimento da alteração de horários de trabalho, possibilitando a conciliação da vida profissional com a vida familiar;
- Autorização para o exercício de atividades privadas requerido por alguns trabalhadores;
- Acolhimento de vários estagiários no âmbito dos cursos e da necessidade de efetuarem estágios curriculares.

Regulamento tarifário:

- Alteração do Regulamento de Exploração no que concerne ao fornecimento de energia elétrica aos contentores;
- Autorização para a redução de 50% no valor da tarifa prevista no n.º 1 do artigo 18.º do Regulamento de Tarifas da APRAM, S.A. para as mercadorias destinadas às unidades fabris implantadas na zona franca industrial e que sejam descarregadas no porto do Caniçal.

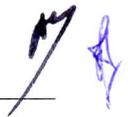
Concursos para aquisição de bens e serviços / Adjudicações:

- Adjudicação à empresa Vórtice, Equipamentos Científicos, Lda, o fornecimento de material no âmbito do concurso para a celebração do contrato relativo à “Aquisição de Componentes para Fundeamento e Manutenção das Bóias Ondógrafo da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.”;
- Adjudicação à Vortal – Comércio Eletrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A. a subscrição da plataforma VortalGOV Basic, opção A;
- Adjudicação dos Lotes Submetidos ao “Concurso Público no Âmbito da Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos” e autorização da celebração do contrato com a empresa Apicius - Reciclagem de Resíduos, Ld.ª, adjudicatária do procedimento denominado Concurso Público para a “Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos”, lote 2 - Águas Residuais e do lote 4 - Óleos Alimentares à empresa Filtramadeira, Ld.ª;
- Adjudicação e aprovação da minuta do contrato com o consórcio das empresas Etermar - Engenharia e Construção, S.A. e Somague - Engenharia, S.A., adjudicatária do procedimento denominado “Concurso público para a execução da empreitada de construção do Novo Cais de Cruzeiros na Frente de Proteção Marítima do Depósito de Inertes Criado a Nascente do Cais da Cidade do Funchal”.



4 Governo da Sociedade

- Autorização para a adjudicação, no âmbito do “Procedimento para a aquisição de combustíveis rodoviários a que correspondem os lotes 4 e 8 do Acordo Quadro de Combustíveis Rodoviários (AQ – CR – 2012), celebrado pela ESPAP para as viaturas, máquinas e embarcações propriedade da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- Autorização da celebração do contrato com a REPSOL PORTUGUESA, S.A., no âmbito do Ajuste Direto para a “Aquisição de combustíveis rodoviários celebrado pela ESPAP para as viaturas, máquinas e embarcações propriedade da APRAM Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. (APRAM, S.A.)”, Lotes 4 A, 4 B e 8 ^a;
- Autorização da redução do valor da proposta do contrato para prestação de serviços no âmbito da assistência preventiva e corretiva ao equipamento de Raio X, e detetores de metais (Sistema de Inspeção de Pessoas e Bagagens por Raio X) celebrado entre a APRAM, S.A. e a Microsegur;
- Autorização da renovação da licença do AutoCAD 3D através da MCComputadores, S. A.;
- Autorização para a abertura de “Concurso Público para a Concessão de Exploração dos Pipelines e Respetivos Tanques para Abastecimento de Combustíveis à Navegação no Porto do Funchal;
- Autorização para a aquisição de material Informático e licenciamento e autorização para a adjudicação do lote n.º 1 - Servidores e demais material com as características mínimas ao concorrente n.º 3: MCComputadores, S.A., Lote n.º 2 - 6 computadores com as características mínimas ao concorrente n.º 2: Centralstore - Tecnologias de Informação, Lda;
- Autorização para Abertura de “Concurso Público para Prestação de Serviços de Limpeza das Instalações da Gare Marítima da Madeira;
- Autorização para abertura de concurso público para a prestação de serviços de manutenção da classificação de uma frota marítima composta por 4 Embarcações: Rebocadores “Passos de Gouveia”, “Ponta do Pargo” e “Boqueirão” e a lancha de combate à poluição “Ilhéu de Cima;
- Autorização para Abertura de Procedimento/Ajuste Direto, com consulta à SECURITAS - Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A., PROSEGUR - Companhia de Segurança, Ld.^a e CHARON - Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância, S.A., para Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança Humana (Lote 7), no âmbito



4 Governo da Sociedade

do acordo quadro para a prestação de serviços de vigilância e segurança (AQ VS 2010), celebrado pela ESPAP; adjudicação à SECURITAS - Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A., e aprovação da respetiva minuta de contrato;

- Autorização para convidar a empresa Pinto & Cruz, Lda., a apresentar proposta para a celebração do contrato de “Manutenção preventiva ao sistema de ar condicionado e de ventilação da Gare Marítima da Madeira” e respetiva adjudicação;
- Autorização para convidar a empresa Schindler - Ascensores e Escadas Rolantes, S.A., a apresentar proposta para a celebração do contrato de “Manutenção/Assistência Técnica aos elevadores e escadas rolantes da Gare Marítima da Madeira” e respetiva adjudicação;
- Autorização para convite a diversas empresas a apresentar propostas no âmbito do ajuste direto adotado para a celebração do contrato relativo à prestação de serviços para elaboração do plano de emergência e planos de segurança para o Porto do Funchal (Cais Norte e Cais Sul), adjudicação do referido plano à Consulsafety;
- Autorização para convite às empresas Afavias - Engenharia e Construções, S.A., Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A. e Zagope Construções e Engenharia, S.A., a apresentarem proposta para a celebração do contrato de empreitada relativo à “Remoção do late Vagrant” e autorização de adjudicação e aprovação da minuta de contrato da adjudicação à Tecnovia Madeira Sociedade de Empreitadas, S.A.;
- Autorização para convite às empresas Debaixo d’Água - Atividades Subaquáticas, Lda.; TSM - Perfurações e Sondagens Subaquáticas da Madeira, Lda.; Underwater, Lda. e Azores Sub Mergulhadores Profissionais, Lda., a apresentar proposta no âmbito do ajuste direto para a celebração do contrato relativo a prestação de serviços de Mergulho Profissional (execução de trabalhos marítimos) para a APRAM, S.A.; autorização para adjudicar a referida prestação de serviços à sociedade TSM - Perfurações e Sondagens Subaquáticas da Madeira, Lda.;
- Autorização para convite relativo à “Substituição de tubagem da rede de água porto do Caniçal”;
- Autorização para o convite à empresa ITP - Ingenierias Tecnicas Portuarias, SLL, a apresentar proposta no âmbito do ajuste direto adotado para a celebração do

4 Governo da Sociedade

contrato relativo à “Reparação da Manga de Embarque/Desembarque n.º 1 (poente) do Porto do Funchal” e respetiva adjudicação;

- Autorização para o convite às empresas Somague - Sociedade de Construções, S.A., AFAVIAS - Engenharia e Construções, S.A., Tecnovia Madeira - Sociedade de Empreitadas, S.A. e Específico Construções, Ld.ª, para a apresentação de propostas no âmbito do procedimento por ajuste direto adotado para a realização da “empreitada relativa à substituição da tubagem da rede de água no Porto do Caniçal”;
- Autorização para o convite às Empresas Sopromar, Lda., Mares Lusos, S.A, Nautiber - Estaleiros Navais do Guadiana, Ld.ª; e Levantnav - Tecnologia Naval e Compósitos Avançados, Ld.ª, a apresentarem propostas no âmbito do ajuste direto adotado para a prestação de serviços de “Docagem da Lancha «Ilhéu de Cima»»; adjudicação à sociedade Mares Lusos, S.A;
- Autorização para proceder à abertura de concurso público para a prestação de serviços de “Docagem do Rebocador Ponta do Pargo”, adjudicação e aprovação da minuta de contrato com a Mares Lusos;
- Autorização para varagem dos catamarans das empresas Prazer do Mar, Lda. e Nautisantos, Lda., nas antigas instalações da MEC no Caniçal;
- Convite à empresa Somague - Engenharia, S.A. a apresentar proposta no âmbito do procedimento por ajuste direto adotado para a realização da “empreitada relativa à execução de um maciço de fixação e montagem de um cabeço de amarração de 100 toneladas”;
- Convite às empresas ROFF - Consultores Independentes, S.A., XGT - Soluções Informáticas, S.A. e J. Canão, Ld.ª, para apresentação de proposta para a “Prestação de serviços de aluguer de licenças de um sistema designado por Enterprise Resource Planning (ERP/ERM), nos módulos de gestão orçamental e gestão de imobilizado para a APRAM, S.A.; adjudicação à J. Canão, Ld.ª e aprovação da minuta de contrato;
- Ratificação dos Contratos Relativos à “Recolha dos Resíduos (hidrocarbonetos e lixos) dos navios, da Carga e dos Gerados nas Áreas Portuárias dos Portos da RAM”;

Licenciamento de atividades:

- Adjudicação e aprovação da Minuta do Contrato do "Concurso Público para Atribuição de uma Licença Precária de Ocupação e Utilização de Espaço Destinado



4 Governo da Sociedade

ao Exercício da Atividade de Restaurante no Porto do Porto Santo" a José Oliveira Gomes de Sousa;

- Autorização para a colocação de publicidade ao museu CR7 na área do Porto do Funchal;
- Atribuição de licença precária de "Ocupação e Utilização das lojas n.ºs 7 e 8, na Marina do Funchal, destinada a «Loja de Conveniência»", à empresa Mastersecret – Unipessoal, Lda.;
- Atribuição de uma licença precária de "Ocupação e utilização de espaço destinado ao exercício da atividade de restaurante no porto do Porto Santo" a José Oliveira Gomes de Sousa.
- Autorização à empresa, ITI "Casino da Madeira" a proceder à colocação/afixação de publicidade numa face de coluna da Gare Marítima da Madeira;
- Autorização à sociedade Visões Aquadélicas – Atividades Marítimo Turísticas, Lda., para ocupação e utilização de Lojas n.º 13 e 14 na Marina do Funchal;
- Autorização ao ACE para ocupação da área de terreno integrada no domínio público marítimo sob jurisdição da APRAM Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A, localizada no Estaleiro do Porto do Caniçal, destinada a apoio logístico à "Empreitada de Construção do Novo Cais de Cruzeiros na Frente de Proteção Marítima do Depósito de Inertes criado a Nascente do Cais da Cidade do Funchal";
- Autorização da rescisão da "Licença de Ocupação e Utilização de Espaço Destinado à Atividade de Tabacaria na Gare Marítima da Madeira com a sociedade Eugénia Maria F. Gonçalves & Filhos, Lda.ª;
- Autorização da rescisão da "Licença de Ocupação e Utilização de Espaço Destinado à atividade de florista na Gare Marítima da Madeira com a sociedade Curlyflower, Unipessoal, Lda. ;
- Autorização de redução do valor das rendas das lojas da Gare Marítima da Madeira;
- Autorização para a atribuição a favor da "OPM – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.ª" do direito de uso privativo de uma parcela de terreno integrada no domínio público marítimo, localizada no Porto do Caniçal (PT).
- Autorização para a colocação de barracas de comes e bebes no Porto do Caniçal, no período de 13 a 22 de Setembro de 2013;



4 Governo da Sociedade

- Autorização para a Colocação de Máquinas de “vending” na Gare Marítima da Madeira;
- Autorização para a comparticipação em 2/3 das despesas do jantar de gala no âmbito da 42ª Assembleia Geral da MedCruise, realizada no Funchal;
- Autorização para elaboração de melhoramentos e obras de beneficiação no Restaurante Marina Terrace.

4.6. Exercício de Poderes de Autoridade, por parte da APRAM, S.A.

Nos termos das alíneas a) a g), do número 2, artigo 3.º dos Estatutos da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A., aprovado em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, exerce os seguintes poderes:

- Atribuição de usos privativos e definição do respetivo interesse público para efeitos de concessão relativamente aos bens do domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;
- Licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado ou concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- Expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- Administração do domínio público na área que lhe está afeta;
- Fixação de taxas e tarifas a cobrar pela utilização dos portos, terminais, cais e Marinas, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- Proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- Uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização.

4.7. Entidades Encarregadas de Auditoria Externa

- ROC - O. Lima, N. Silva, F. Colaço, A. Coelho e L. Rosa, SROC, Lda.;
- Inspeção Regional de Finanças;

4 Governo da Sociedade

- Inspeção Geral de Finanças;
- Tribunal de Contas;
- Instituto de Desenvolvimento Regional;
- Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP;
- Outras que, no âmbito de projetos cofinanciados, sejam indicadas pelas respetivas entidades gestoras.

4.8. Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

Assembleia Geral

A remuneração auferida pelos membros da Assembleia Geral, sob a forma de senhas de presença, foi de 1.450,00€.

Fiscal Único

A remuneração auferida pelo Fiscal Único, durante o ano de 2013, foi de 18.707,40 €.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração auferiram as remunerações fixadas por Deliberação da Assembleia Geral da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.. As remunerações e demais regalias sociais foram as indicadas nos quadros seguintes:

Quadro 1 - Remunerações e Demais Regalias Sociais do Conselho de Administração

	Alexandra Cristina Ferreira Mendonça	Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus	Tânia Bernardete Manica Martins	TOTAL
Remuneração base	48.000,00 €	44.400,00 €		92.400,00 €
Subsídio de férias / Natal	7.219,96 €	6.715,86 €		13.935,82 €
Subsídio de alimentação	1.700,63 €	1.672,44 €		3.373,07 €
Despesas de representação	14.400,00 €	8.880,00 €		23.280,00 €
Ajudas de custo	2.381,72 €	178,62 €		2.560,34 €
CGA	12.705,04 €	10.962,83 €		23.667,87 €
Redução remuneratória	-6.240,00 €	-5.328,00 €		-11.568,00 €
Senhas de presença			586,53 €	586,53 €
SUB-TOTAL SALÁRIOS	80.167,35 €	67.481,75 €	586,53 €	148.235,63 €
Despesas com viatura	185,63 €	987,91 €		1.173,54 €
Seguro Viatura	263,99 €	263,99 €		527,98 €
Gasolina/Gasóleo	407,26 €	555,31 €		962,57 €
Comunicações	987,41 €	707,98 €		1.695,39 €
SUB-TOTAL	1.844,29 €	2.515,19 €	0,00 €	4.359,48 €
TOTAL	82.011,64 €	69.996,94 €	586,53 €	152.595,11 €

Fonte: APRAM, S.A.



4 Governo da Sociedade

- As despesas de representação foram processadas 12 meses.
- Todos os Administradores estão inscritos e descontam para a Caixa Geral de Aposentações, ADSE ou Segurança Social, de acordo com o regime aplicável.
- Não existem planos complementares de reforma.
- Não foram atribuídos prémios de gestão.

4.9. Relatório de Auditoria Externa

O Relatório do Revisor Oficial de Contas encontra-se anexo ao presente relatório.

100

Evocação do centenário
da Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal



5. PLANO DE INVESTIMENTOS



No final dos anos setenta deu-se início à construção do terminal de contentores da zona norte e da marina do Funchal



PORTOS DA MADEIRA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.



5 Plano de Investimentos

5. PLANO DE INVESTIMENTOS

No ano 2013 deu-se início à construção do novo cais de cruzeiros na frente de proteção marítima do depósito de inertes criado a nascente do cais da cidade do Funchal.

Esta infraestrutura é comparticipada pela Lei de Meios, pelo POVT – Plano Operacional de Valorização do Território e o remanescente da parte não financiada é objeto de contrato programa.

No ano de 2013 verificou-se um investimento global de 1,082M€ que incidiu, essencialmente, na execução da empreitada acima referida.

100

Evocação do centenário
da Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal

6. CONCESSÕES/LICENÇAS



- 1950 - Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira;
- 1979 - Governo da Região Autónoma Madeira;
- 1980 - Direção Regional de Portos;
- 1997 - APRAM Administração dos Portos da Região Autónoma Madeira, IP;
- 1999 - APRAM Administração dos Portos da Região Autónoma Madeira, S.A..



PORTOS DA MADEIRA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.



6 Concessões/Licenças

6. CONCESSÕES/LICENÇAS

Neste capítulo são enumerados os contratos de concessão e licenças em vigor a 31 de dezembro de 2013, de acordo com a sua área de localização geográfica.

6.1. Licenças para o exercício de atividade:

- Confirmação do Alvará n.º 1, de 14 de Outubro de 2008, atribuído à ET-PRAM - Empresa de Trabalho Portuário ETP, Ld.ª para o exercício da atividade de cedência de mão de obra portuária nos portos e terminais da Região Autónoma da Madeira, pelo prazo de 3 anos, com efeitos desde 14 de Outubro de 2011;
- Licença destinada à movimentação de cargas (operação portuária) nos portos do Funchal, Porto Santo e Caniçal, atribuída à OPM – Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.;
- Agente de navegação nos portos da Região Autónoma da Madeira às empresas:
 - Agência Ferraz - J.M. Ferraz Simões, Ld.ª;
 - *Blatas, Lda. (Ex. Agência Blandy),*
 - Empresa de Navegação Madeirense, Lda.;
 - Funchal Marítima – Agentes de Navegação, Lda;
 - JFM Shipping, Ld.ª;
 - João Silvério Pires, Lda.
 - Marfrete – Transitários e Navegação, Lda;
 - Portmar – Agência de Navegação, Ld.ª;
 - Transinsular – Transportes Marítimos Insulares, Lda;
 - Via Oceano - Agência de Navegação Lda;

6.2. Funchal

- Contrato de concessão da exploração da Marina do Funchal (em regime de serviço público), atribuído à Associação MarinaFunchal;
- Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno no porto do Funchal, da subinstalação para armazenagem de produtos derivados do petróleo (manutenção da subinstalação para armazenagem de produtos derivados



6 Concessões/Licenças

do petróleo e fornecimento de combustíveis à navegação, através de oleodutos), atribuído à Repsol Portuguesa, S. A.;

- Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno na Marina do Funchal, da instalação de um posto de venda de combustível líquido à navegação (destinada à manutenção da instalação de um posto de venda de combustíveis (depósito e bomba) à navegação), atribuído à Repsol Portuguesa, S.A.;
- Contrato de concessão do prédio localizado na Avenida Sá Carneiro, n.º 3 para a atividade de Bar-Discoteca, atribuída a Rebelos & Camacho, Lda.;
- Alvará de Licença referente ao uso privativo da parcela de terreno onde se encontra implantada a fração do edifício conhecido por “Beer House”, atribuído à Cervejolândia, Lda.;
- Licença de Ocupação para colocação e exploração de mupis na área do Porto do Funchal, atribuída à Netcriações - Publicidade e Internet, Lda.;
- Licença de ocupação de uma área situada na rés-do-chão e no terraço do edifício a oeste do Forte de Nossa Senhora da Conceição, destinada à instalação de uma estação telefónica celular e de uma de antena, atribuída à Vodafone, S.A.;
- Licença de Ocupação, destinada à ocupação de área (sala técnica) e de espaço na fachada do prédio do “Forte de Nossa Senhora da Conceição” para a instalação de uma Estação Base de Telecomunicações Móveis da TMN e de uma antena atribuída à TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.;
- Contrato Promessa de Arrendamento de um espaço sito na Marina do Funchal, para colocação de contentor e instalação de uma antena, atribuído à TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, S. A.;
- Alvará de Licença referente ao uso privativo de uma parcela de terreno, destinada à instalação de um quiosque à entrada do cais da cidade do Funchal, para venda de impressos e divulgação das atividades de lazer e recreio do Município do Funchal, atribuída à Câmara Municipal do Funchal;
- Alvará de Licença para utilização de uma parcela de terreno do domínio público marítimo, junto à rampa Roll-on Roll-off, destinada à colocação de um mupi e de um quiosque de alumínio para prestação de informações e venda de bilhetes no exercício da atividade marítimo-turística, atribuída à Santa Maria – Atividades Marítimo, Turísticas, Lda.;



6 Concessões/Licenças

- Alvará de Licença para utilização de um espaço junto à rampa Roll-on Roll-off, no Porto do Funchal, destinado ao estacionamento da Nau “Santa Maria”, atribuída à Santa Maria – Atividades Marítimo Turísticas, Lda.;
- Renovação e concessão temporária das licenças de ocupação das lojas localizadas na Marina do Funchal (até ao início das obras de remodelação da Marina do Funchal);
- Renovação temporária (até ao início das obras de remodelação da Marina do Funchal) das licenças destinadas à colocação de quiosques para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística, atribuída às seguintes empresas:
 - Madeira Big Game Fishing - Atividades Náuticas, Lda.
 - Gavião Viagens Turísticas, Lda.;
 - Santa Maria - Atividades Marítimo, Turísticas, Lda.;
 - Nautisantos - Atividades Desportivas, Lda.;
 - Horizonte do Atlântico, Animação Turística, Lda.;
 - Albatroz do Mar - Atividades de Animação Turística, Unipessoal, Lda.;
 - Prazer do Mar, Atividades Marítimo - Turísticas, Lda.;
 - Ema de Freitas e Can, Lda.;
 - Visões Aquadélicas – Atividades Marítimo Turísticas, Lda.;
 - Maria Zita França, Unipessoal, Lda. “Tamisa”;
 - Aqua Tours - Atividades Turísticas, Lda.
- Autorização para colocação de 1 lona com publicidade do Dolce Vita, atribuída à Aplicação Urbana XIV, S.A.;
- Autorização para colocação de 1 lona com publicidade ao Museu CR7;
- Autorização para colocação de 3 painéis com publicidade da empresa Teleféricos da Madeira;
- Autorização para colocação de 1 painel com publicidade da empresa Grand Vision, Portugal Unipessoal;
- Autorização para colocação de 1 balcão de venda de bilhetes e 3 painéis com publicidade da empresa Douro Acima – Transportes Turismo e Restauração, Lda.,
- Autorização para colocação de 1 balcão de venda de bilhetes e 1 painel com publicidade da empresa Carristur Portugal, Lda.ª;



6 Concessões/Licenças

- Autorização para colocação de 3 painéis com publicidade do Casino da Madeira, atribuída à ITI - Sociedade de Investimentos Turísticos na Ilha da Madeira, S.A.;
- Autorização para colocação de 1 painel com publicidade do IVBAN, atribuída ao Instituto do Vinho, Bordado e Artesanato da Madeira;
- Autorizações diversas:
 - Balcões de vendas às empresas City Bubbles e Old Timer;
 - Carrinha de venda de gelados;
 - Venda ambulante de publicações e jornais;
 - Venda de bebidas e snacks, através de máquinas automáticas.
- Licença de Ocupação e Utilização de espaço destinado ao Clube de Entusiastas de Navios na Gare Marítima da Madeira, atribuída ao Clube de Entusiastas de Navios – Loja n.º 3, a título pro bono;
- Licença de Ocupação e Utilização de espaço destinado ao exercício da atividade de comércio de bordados, tapeçarias, artesanato e artefactos regionais na Gare Marítima da Madeira, atribuída a Norberto Pestana Fernandes – Loja n.º 4;
- Licença de Ocupação e Utilização de espaço destinado ao exercício da atividade de comércio de vinhos, bebidas espirituosas e licores na Gare Marítima da Madeira, atribuída a Fidélio Figueira - Unipessoal, Lda.- Loja n. 5;
- Licença de ocupação e utilização de dois espaços destinados à colocação de caixas multibanco, atribuída ao Banco Santander Totta, S.A..

6.3. Caniçal

- Autorização para a atribuição a favor da “OPM – Sociedade de Operações Portuárias, Ld.ª” do direito de uso privativo de uma parcela de terreno integrado no domínio público marítimo, localizada no Porto do Caniçal (PT);
- Licença para utilização de 2 instalações fixas localizadas no Porto do Caniçal, atribuída à ETPRAM - Empresa de Trabalho Portuário ETP, Lda.;
- Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno no terminal do Caniçal - Porto de Pesca - destinado à construção de uma instalação de gásóleo para abastecimento a embarcações de pesca, atribuído à Repsol Portuguesa, S.A.;



6 Concessões/Licenças

- Contrato Administrativo de Concessão de Exploração de um Terminal Marítimo de Combustíveis no Caniçal, atribuído à CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.;
- Contrato de Concessão de Exploração do estaleiro naval para embarcações em madeira do Caniçal, atribuído à J.S. Vieira & Gouveia, Lda.;
- Alvará de Licença para utilização a título precário, de umas instalações amovíveis, numa parcela de terreno do domínio público marítimo no Porto do Caniçal e destinase, provisoriamente, ao controlo de entrada e saída de mercadorias do Terminal de Carga, atribuída à O.P.M.- Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.;
- Alvará de Licença para utilização, a título precário, de uma parcela de terreno do domínio público marítimo, na área denominada "ZONA C" e destinada à oficina provisória da OPM, atribuída à O.P.M.- Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.;
- Licenças, para utilização a título precário, de lojas no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal, atribuída às seguintes empresas:
 - O.P.M.- Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda. - Lojas n.º 1;
 - Reboques Avelino, Lda. – Loja n.º 4;
 - Empresa de Navegação Madeirense, Lda. – Loja n.º 5;
 - ETE - Logística, S. A.- Loja n.º 7;
 - Freitas & Caires, Lda. – Loja n.º 9;
 - Aguiar & Silva, Lda. – Loja n.º 10;
 - Casa do Pessoal da APRAM-Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. - Loja n.º 20.
- Licença referente à ocupação da loja F, no edifício de autoridades do Porto do Caniçal, com a finalidade de servir de instalações à Polícia Marítima - Comando Local do Funchal, atribuída à Marinha - Direção Geral da Autoridade Marítima;
- Autorização para ocupação de área no Estaleiro Naval do Caniçal pelo consórcio Etermar/ Somague - Cais de Cruzeiros do Funchal, ACE.

6.4. Porto Santo

- Contrato de Concessão de Exploração da Marina do Porto Santo, atribuída à 33/16 – Assistência Náutica, S. A.;

6 Concessões/Licenças

- Contrato de Conceção, Construção e Exploração de infraestruturas de apoio a atividades náuticas de recreio, no terraplano do porto do Porto Santo, atribuído à 33/16 – Assistência Náutica, S. A.;
- Aluguer de um pórtico travel lift e de um empilhador de elevação negativa, atribuído à 33/16 – Assistência Náutica, S. A.;
- Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno no porto do Porto Santo da construção para armazenagem e um posto de venda de gasóleo à navegação, atribuído à Galp Madeira - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda.;
- Alvará de licença referente ao uso privativo de parcela destinada à manutenção do "entrepasto cimenteiro" para realização de operação de descarga e movimentação de cimento a granel do navio atracado para o estabelecimento, atribuída à Cimentos Madeira, Lda.;
- Licença de utilização privativa de parcela dominial, atribuída à Rhea Dive, Lda. para desenvolvimento das atividades constantes do objeto social da mesma;
- Alvará de licença para utilização do uso privativo de uma parcela de terreno, no porto do Porto Santo, destinada à manutenção de uma cabine de alumínio para venda de bilhetes de Transportes Públicos, atribuída a Moinho - Rent-a-Car, Lda.;
- Licença de ocupação e utilização de espaço destinado ao exercício da atividade de restaurante no porto do Porto Santo, atribuída a José Oliveira Gomes de Sousa;
- Licença de ocupação e utilização de espaço atribuída Auto Acessórios Colombo, Unipessoal, Ld.^a.

6.5. Socorridos

- Contrato de Concessão de uso privativo de parcelas do domínio público, atribuído à Cimentos Madeira, Lda.;
- Contrato Administrativo de Concessão de Exploração de um terminal marítimo de combustíveis nos Socorridos, atribuída à EEM - Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A..



6 Concessões/Licenças

6.6. Câmara de Lobos

- Contrato Administrativo de Concessão de Uso Privativo de uma parcela de terreno no cais de Câmara de Lobos da instalação de um posto de venda de combustível líquido à navegação (destinada à manutenção da instalação de um posto de venda de combustíveis à navegação, constituída pela instalação do motor, escritório e depósito), atribuído à REPSOL PORTUGUESA, S.A.;
- Contrato Administrativo de Concessão de Uso Privativo de uma parcela de terreno no cais de Câmara de Lobos, destinada à manutenção da instalação de um posto de venda de combustíveis à navegação, constituída por um escritório e depósito, atribuído à GALP MADEIRA - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda..

6.7. Machico

- Contrato de Concessão de Exploração do porto de recreio de Machico, atribuído à Câmara Municipal de Machico.

6.8. Santa Cruz

- Licença para utilização, a título precário, de uma parcela destinada à colocação de umas instalações amovíveis na ZAL – Zona de Apoio Logístico do Porto Novo, atribuída à Daniel Freitas Alves & Filhos, Lda.;
- Autorização para utilização, a título precário, de uma parcela destinada à colocação de umas instalações amovíveis na ZAL – Zona de Apoio Logístico do Porto Novo, atribuída à Logislink - Terminal de Logística, Lda..

6.9. Porto Moniz

- Protocolo celebrado com o Clube Naval do Seixal para utilização do guincho e barracão de apoio;
- Utilização do guincho e cacifos de apoio à pesca no porto do Porto Moniz.

100

Evocação do centenário
da Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal



7. SEGURANÇA



O porto do Funchal é hoje um ponto de referência e de escala obrigatória para navios de cruzeiro e iates que atravessam o Oceano Atlântico.

Em 2004 o Plano Diretor do Funchal define-o prioritariamente como porto de turismo e em 2009 começa a desenhar-se a Gare Marítima da Madeira, a última grande obra em cima da muralha. De modo a ser possível dar cumprimento ao estipulado no Código ISPS, foram implementadas diversas medidas na área da proteção para que a APRAM, S.A. mantivesse a certificação dos seus portos emitida pela Autoridade Nacional.



PORTOS DA MADEIRA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.



7 Segurança

7. SEGURANÇA

7.1 ISPS (International Ship and Port Facility Code)

O Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro definiu a estrutura básica da organização interna de segurança dos portos face às ameaças e ações ilícitas intencionais.

De modo a ser possível dar cumprimento ao estipulado no referido diploma, no ano de 2013 foi dada continuidade à implementação de diversas medidas na área da proteção marítima e patrimonial para que a APRAM, S.A. mantivesse a certificação dos seus portos emitida pela Autoridade Nacional, enquanto PORTO (nível superior) e não enquanto Instalações Portuárias, de acordo com as regras do Código ISPS (International Ships and Ports Security), obtida em 2009.

Assim, são de destacar as seguintes principais ações:

- Implementação do Plano de Proteção de cada um dos principais Portos nos termos da certificação ISPS (International Ships and Ports Security) e respetiva monitorização;
- Avaliação de Proteção pelo IPTM às 3 Instalações Portuárias – Funchal Gare Marítima; Funchal Terminal Norte e Caniçal Cais Comercial
- Adequação das estruturas necessárias ao cumprimento dos Planos de Proteção, designadamente com a revisão e melhoria dos procedimentos de proteção das instalações e do aperfeiçoamento do controlo de acessos às áreas restritas dos Portos;
- Continuação da formação do pessoal afeto ao controlo das instalações portuárias nos portos do Funchal, Caniçal e Porto Santo;
- Articulação da atuação com as restantes Autoridades, através do Centro Coordenador de Proteção do Porto nomeadamente com a Capitania, as restantes forças de Segurança, o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros da Madeira e a Autoridade Regional de Saúde, designadamente através da realização de exercícios conjuntos entre as entidades envolvidas;
- Contratação e monitorização dos serviços da empresa de vigilância, que, conjuntamente com o destacamento da PSP, agentes da Polícia Marítima e da Guarda Republicana – Brigada Fiscal e os Oficiais de Proteção, asseguram a proteção portuária, a todo o tempo.

100



Evocação do centenário
da Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal

8. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS



100 anos não se comemoram todos os dias



PORTOS DA MADEIRA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

8 Marketing e Relações Públicas

8. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

8.1. Ações de Promoção

Em termos gerais, e tendo por referência os objetivos definidos para o ano de 2013, realiza-se o seguinte:

- Comemorações dos “100 anos da Junta Autónoma para as Obras do Porto do Funchal” no dia 13 de agosto, com destaque para:
 - Exposição sobre a história a cargo da DRAC/ Museu de Fotografia Vicentes;
 - Inauguração do mural alusivo aos funcionários dos Portos da Madeira nos últimos 100 Anos;
 - Ligação marítima entre o cais da cidade e o Porto, ficando o porto e a Gare Marítima abertos ao público durante toda a tarde de 13 de agosto;
 - Emissões em direto, produzida pela RDP e RTP-M das instalações da Gare Marítima da Madeira;
 - 1.ª parada náutica na baía do Funchal, em parceria com o CNF – Clube Naval do Funchal;
 - Exposição do Parque Natural do Funchal, sob a temática “Ser Eco-compatível”;
 - Animação de bandas no cais e da mascote da APRAM “Guinga’s”;
- No âmbito das comemorações dos 100 Anos ainda:
 - Lançamento da campanha de promoção “100 Anos, 100% de desconto”, junto das companhias de cruzeiro e dos seus representantes na Madeira, os agentes de navegação Blatas, JFM Shipping e Agência de Navegação Ferraz;
 - Emissão de programas na RTP-M e na RDP alusivos à efeméride.
- Continuidade da parceria de promoção conjunta do turismo de cruzeiros com as Ilhas Canárias, no âmbito do projeto Cruises in the Atlantic Islands, participando na Seatrade Cruise Shipping Convention Miami, Seatrade Europe em Hamburgo, na Alemanha;
- Reforço das relações e colaboração com toda a comunidade portuária a nível nacional, reforçando a presença dos Portos da Madeira ao lado dos portos nacionais.



8 Marketing e Relações Públicas

Nomeadamente, na participação conjunta no stand dos portos de Portugal, no decorrer da Seatrade Cruise and Shipping Convention Miami;

- Promoção da Gare Marítima da Madeira, com festas temáticas integradas no calendário de promoção da Madeira, como a festa “Martini”, no âmbito da Festa da Flor, em maio;
- Acolhimento, no mês de junho, à 42ª Assembleia-geral da MedCruise, associação da qual a APRAM é membro associado e membro com assento no Conselho Diretivo, incluindo o workshop aberto à comunidade portuária sobre os temas “Espaços de amarração e as suas implicações” e “O desenvolvimento nos terminais de cruzeiro”, onde estiveram representantes das companhias de navios de cruzeiro AIDA Cruises, RCCL (Royal Caribbean Cruise Line), HAL (Holland America Line), Pullmantur e Louis Cruises, tendo como moderador António Belmar da Costa da AGEPOR – Associação dos Agentes de Navegação de Portugal;
- Acolhimento ao Encontro de Outono 2013 da RETE – Associação para a Colaboração entre o Porto e a Cidade, em novembro, incluindo a Assembleia Geral e um Seminário temático da relação “porto cidade”, aberto à comunidade portuária da Região;
- Fomentando a relação porto/cidade, montagem de painéis e pontos de publicidade de empresas como a Multiópticas e o Museu CR7. Ainda, de destacar a montagem do painel promocional de Santana Reserva Natural da Biosfera.
- Presença de cerimónias a bordo e ações de boas-vindas na 1ª escala de navios cruzeiro no Porto do Funchal, como os navios L’Austral, Tere Moana, Celebrity Silhouete, Norwegian Epic, Ocean Dream, Aida Stella e MSC Magnifica.
- Promoção e organização da iniciativa “II Marcha da Pontinha” e a “LI Prova de Atletismo Casa da Luz – Pontinha” em parceria com a ECM – Empresa de Cervejas da Madeira e a AARAM – Associação de Atletismo da Região Autónoma da Madeira, entre a Pontinha e o centro do Funchal, com uma vertente social de apoio à instituição sem fins lucrativos “Garota do Calhau”, na recolha de fundos, através do valor da inscrição na marcha.
- Acolhimento no porto do Funchal a duas iniciativas de concentração de carros antigos, uma dos Amigos da Fiat Madeira e a BIZMADEIRA Classic Raid 2013.
- Cedência de espaço para duas exposições de fotografia, pintura e maquetas do CEN – Clube de Entusiastas de Navios, e das conferências sob os temas “Eva Kullgren – A



8 Marketing e Relações Públicas

Velejadora Solitária” e “A vida a bordo das naus da Índia nos sécs. XVI e XVIII”, pelo professor Vítor Grácio.

- Apoio à organização das Comemorações do Dia do Exército, que decorreram este ano na Madeira, com a cerimónia militar na Praça do Mar e almoço de receção na Gare Marítima da Madeira.
- Mostra de produtos regionais através de uma mostra de cocktails premiados dos alunos da EHTM – Escola de Hotelaria da Madeira.
- Organização conjunta com a Dragon Force Madeira e a ECM do “I Torneiro de Futebol de Rua – Pontinha CUP”, reunindo em outubro seis equipas regionais do futebol juvenil.
- Utilização da sala multiusos para a primeira reunião semestral de comerciais da Zon Madeira fora do seu local de trabalho.
- Cedência de espaço para a montagem de duas exposições do CEN – Clube de Entusiastas de Navios, ao abrigo do protocolo com aquela associação. A primeira sobre o navio “Funchal” e outra de 42 fotografias de navios que passaram pelo Porto do Funchal.
- Cedência de espaço para exposições permanentes da Zarco International Academy of Arts, a primeira em maio e a segunda em novembro. Ainda a exposição temporária daquela academia sob o tema “Femina 2”
- Apoio à organização do evento “Outono na Marina”, numa iniciativa que juntou em novembro, pelo segundo ano consecutivo, a APRAM, o CNF e aos restaurantes da Marina e a Marina do Funchal, sob o tema das castanhas e de menus temáticos.
- Acolhimento de visitas de estudo, como a da Universidade Sénior da Junta de Freguesia de Machico.

8.2. Comunicação

Em termos de comunicação:

- Reforço da mesma, com informação atualizada, na página do Facebook da APRAM, nas newsletters e boletins das associações de que a APRAM, S.A. é membro, nomeadamente, APP – Associação dos Portos de Portugal e RETE – Associação para a



8 Marketing e Relações Públicas

colaboração entre os Portos e as Cidades e ainda, junto da imprensa nacional especializada e da imprensa regional.

- Contactos regulares junto dos jornalistas regionais, apostando na proximidade como forma de criar mais e melhores notícias sobre a APRAM, S.A.;
- Divulgação da missão, valores e objetivos da APRAM, S.A. junto das diferentes comunidades madeirenses, nomeadamente alunos de diferentes graus de ensino e população sénior.
- Participação ativa, em parceria com o Centro de Estudos de História do Atlântico, na programação das comemorações do Centenário da Junta Autónoma para as obras do Porto do Porto do Funchal que se celebrou em 2013 e com algumas atividades a estenderem-se ainda para 2014.

8.3. Informação geral e Publicações

A informação sobre as ações, bem como contactos dos agentes, projetos e parcerias celebradas pela APRAM, S.A. estatística, previsão de escalas diárias e anuais, “via verde” para acesso à Pontinha, tarifário e investimentos é pública e está disponível, através do site www.apram.pt ou www.portosdamadeira.com, dois domínios que permitem estar presente *on-line* e com informação atualizada e bilingue (português e inglês).



100

Evocação do centenário
da Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal

9. ESTALEIRO NAVAL DO CANIÇAL



Por Resolução n.º 544/2009, de 7 de Maio, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 622/2009, de 28 de Maio, desde Janeiro de 2010, o Governo Regional mandou a APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. para, em representação da RAM, administrar e gerir o Estaleiro Naval do Caniçal.

Esta infraestrutura, implantada em área portuária, encontra-se completamente inoperacional, fruto de uma avaria do principal equipamento, Syncrolift, ocorrido em Abril de 2008.



PORTOS DA MADEIRA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.



9 Estaleiro Naval do Caniçal

9. ESTALEIRO NAVAL DO CANIÇAL

Por Resolução n.º 544/2009, de 7 de Maio, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 622/2009, de 28 de Maio, desde Janeiro de 2010, o Governo Regional mandatou a APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. para, em representação da RAM, administrar e gerir o Estaleiro Naval do Caniçal.

Esta infraestrutura, implantada em área portuária, encontra-se completamente inoperacional, fruto de uma avaria do principal equipamento, Syncrolift, ocorrido em Abril de 2008, quando estava a ser docado o navio Arco.

Dentro do quadro jurídico-legal e da contratação coletiva de trabalho aplicada ao setor e dada a inviabilidade económica e financeira do estaleiro e a falta de ocupação dos seus trabalhadores, foi feito o despedimento coletivo dos 12 trabalhadores que ainda restavam no quadro de pessoal, concluído em julho de 2012, mas com repercussões financeiras até Julho de 2013, através do pagamento faseado das indemnizações devidas.

Ainda em relação a esta responsabilidade da APRAM, S.A., determinada pelo seu acionista, continuam em curso vários processos judiciais movidos nomeadamente, pela MEC, antigo concessionário do espaço e pela empresa Basaltareias, armador do navio Arco que se encontrava a docar, quando ocorreu o acidente com a plataforma elevatória, Syncrolift.

Foi movida uma providência cautelar pela MEC contra a Direção Tributária do Funchal, devido à venda em hasta pública da maquinaria pesada que ocupa o estaleiro. A ocupação do armazém com os equipamentos do antigo concessionário tem inviabilizado a rentabilização daquele espaço.

Os gastos incorridos pela APRAM, S.A. com o estaleiro naval do Caniçal, ascenderam a 1.385.427,83 €, valores reclamados junto da tutela e da Secretaria Regional do Plano e Finanças.

100

Evocação do centenário
da Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal



10. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



Desde 1999, ano em que a APRAM, S.A. se constituiu como sociedade anónima, abandonando o estatuto de instituto público, o ativo líquido tem vindo a crescer, fruto dos elevados investimentos em infraestruturas portuárias.



PORTOS DA MADEIRA
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.



10 Análise Económica e Financeira

10. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Resultado Líquido do Exercício registou um prejuízo de 14.725.177,78 euros.

O Ativo Líquido atingiu os 360,265 M€, registando-se uma diminuição de 1,5 M€ face ao ano anterior. Este decréscimo justifica-se, sobretudo, pelo decréscimo do ativo não corrente devido ao impacto das amortizações do exercício.

Contudo, esta diminuição só não teve um impacto maior face ao aumento do ativo corrente, pelo facto da empresa registar no seu ativo as verbas aprovadas no âmbito dos projetos candidatados a Fundos Comunitários, nomeadamente ao Programa do Fundo de Coesão, POVT – Programa Operacional de Valorização do Território, e que, à partida, serão recebidas atendendo à taxa de execução dos referidos projetos.

Desde 1999, ano em que a APRAM, S.A. se constituiu como sociedade anónima, abandonando o estatuto de instituto público, o ativo líquido tem vindo a crescer, fruto dos elevados investimentos em infraestruturas portuárias.

No entanto, a atual tendência será a oposta, com o ativo líquido a decrescer, dado que o investimento já está consolidado e o efeito das amortizações irá contribuir significativamente para o referido decréscimo.

No ano de 2013, o Passivo Corrente atingiu os 34,36 M€, registando-se assim uma diminuição de 4,26 M€, fruto quer da diminuição das dívidas de curto prazo a instituições de crédito, quer do reconhecimento do valor de mercado das operações de cobertura de risco de taxa de juro associadas a alguns empréstimos bancários de médio e longo prazo, que por força do SNC têm que ser refletidas nas contas da empresa.

Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, apresentam-se positivos devido ao registo do impacto financeiro nas contas de resultados das operações de cobertura de risco de taxa de juro, onde se registou em 2013 um acréscimo no seu valor de mercado, na ordem dos 4,03 M€.

Refira-se que a entrada em funcionamento da Gare Marítima da Madeira em 2010, implicou um aumento significativo ao nível dos gastos de consumo corrente nomeadamente água, eletricidade e subcontratação de serviços de limpeza, passando os gastos correntes a ter outro impacto nas contas da APRAM, S.A..



10 Análise Económica e Financeira

Outro aspeto a ter em conta é o da diminuição das receitas provenientes das prestações de serviços, num período de retração da economia e quebra de consumo em geral, o que se reflete na descida do volume de carga transportado. Alinhado com esta tendência de quebra no volume de carga transportada, o ano de 2013 trouxe igualmente um ajustamento em baixa no volume de faturação associado ao mercado de cruzeiros, que registou em 2013 uma descida na ordem dos 15%, baixando do recorde de 336 escalas de 2012 para as 286 em 2013.

Com a subida das taxas de juro, verificou-se igualmente um acréscimo dos resultados financeiros negativos. É, ainda, expectável um aumento, a médio prazo, nas contas de gastos financeiros dado que os juros bancários são imputados diretamente às respetivas contas de gastos e as operações de cobertura de taxa de juro associadas a alguns empréstimos encontram-se também deficitárias (valor de mercado mais negativo).

Estes juros estão associados aos empréstimos bancários de curto, médio e longo prazo contraídos pela APRAM, S. A. para fazer face aos elevadíssimos investimentos em infraestruturas marítimo-portuárias, determinados pelo acionista, alguns dos quais de natureza não comercial e, por consequência, incapazes de gerar receitas que permitam cobrir os encargos bancários contraídos para o financiamento da sua construção.

Rendimentos de Exploração

Os proveitos de exploração cresceram globalmente cerca de 25%. No entanto, trata-se de um “falso crescimento”, atendendo a que todas as rubricas inerentes à atividade empresarial da empresa decresceram. Este resultado está unicamente influenciado pelo impacto extremamente positivo da rubrica “Aumentos de justo valor”, a qual está associada ao valor de mercado das operações de cobertura de taxa de juro.

As prestações de serviços apresentam uma quebra de 4% (menos 0,4 M€) e os outros rendimentos e ganhos apresentam uma redução de 16% (menos 0,4 M€), resultante de acertos no valor imputado ao projeto de cofinanciamento do Fundo de Coesão do Porto do Caniçal. De salientar que a APRAM, S.A. foi notificada pela entidade de gestão dos Fundos Comunitários para a obrigação de devolução de verbas, atendendo a que uma parte dos valores candidatados não foram considerados elegíveis.

Em 2013 os subsídios à exploração apresentam um valor mais residual, comparativamente ao ano anterior, e estão diretamente relacionados com os projetos comunitários em curso ao abrigo do programa de cooperação Madeira-Açores-Canárias (MAC 2007-2013).



10 Análise Económica e Financeira

Quadro 1- Rendimentos de Exploração

Rubricas	Exercícios	
	2013	2012
Vendas de mercadorias		311,07
Prestações de serviços	9.859.687,89	10.296.274,19
Subsídios à exploração	1.710,41	15.363,96
Aumentos de justo valor	4.033.925,17	
Outros rendimentos e ganhos	2.126.648,37	2.527.385,02
Total	16.021.971,84	12.839.334,24

Fonte: APRAM, S.A.

Gastos de Exploração

Pela análise do quadro seguinte, verifica-se que nas principais rubricas de exploração da empresa (fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal), os gastos não sofreram grandes oscilações.

No entanto, a rubrica “Reduções de justo valor”, veio a beneficiar significativamente este resultado, visto que com a entrada em vigor do SNC (2010), passou a ser obrigatório reconhecer o impacto/valor de mercado das operações de cobertura de risco de taxa de juro relativas a empréstimos que a empresa detém junto das diversas instituições financeiras.

No entanto, saliente-se o seguinte:

- A rubrica “Gastos com o pessoal” apresenta um acréscimo na ordem dos 384.579,0 €, apesar da continuação dos cortes salariais, do congelamento da tabela salarial, das promoções e diuturnidades, nos termos estipulados no Orçamento de Estado para o ano 2013. Este valor reflete os seguintes impactos:
 - Aumento das taxas de desconto da APRAM S.A. (aumento de 15% para 20%) e da alteração da base de incidência dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações, onde passaram a ser consideradas todas as remunerações, nos mesmos termos da incidência das taxas contributivas para a Segurança Social. Refira-se que, ano após ano, as sucessivas alterações das quotas para a Caixa Geral de Aposentações (quota da entidade patronal), que têm vindo paulatinamente a subir, provocam impacto negativo nas contas da APRAM, S.A. pois refletem-se, na mesma proporção e, de modo direto, no crescimento de gastos com pessoal.



10 Análise Económica e Financeira

- Pagamento dos subsídios de férias e natal a todos os trabalhadores quando no ano anterior a maior parte dos colaboradores não tiveram direito a subsídio de férias.
- Nas rubricas “Imparidades de dividas a receber” e “Ajustamentos de inventários” evidencia-se, este ano, um reforço, tendo em conta a necessidade de:
 - relevar o facto da empresa estar com maiores dificuldades de recebimento das verbas por conta dos clientes de cobrança duvidosa (clientes com dificuldades de tesouraria face à conjuntura atual, morosidade dos processos de execução fiscal);
 - reforçar a imparidade de inventários pelo facto da empresa deter nos seus armazéns material que não tem tido qualquer movimentação (saída/utilização de mercadorias), a maior parte do qual se encontra obsoleto.

Quadro 2 - Gastos de Exploração

Rubricas	Exercícios	
	2013	2012
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas		258,56
Fornecimentos e serviços externos	1.995.256,11	1.979.911,12
Gastos com pessoal	6.803.824,52	6.419.245,44
Ajustamentos de inventários (perdas)	23.904,58	
Imparidades de dividas a receber (reforço)	938.347,33	1.257,98
Reduções de justo valor		4.959.716,01
Outros gastos e perdas	166.971,32	258.044,36
Total	9.928.303,86	13.618.433,47

Fonte: APRAM, S.A.

Estrutura dos Gastos de Exploração

Na estrutura de gastos de exploração da empresa, o maior peso continua a centrar-se nos “Gastos com o pessoal”, com cerca de 68%, seguindo-se os “Fornecimentos e serviços externos”, com um peso de 20%, e as “Imparidades de dívidas a receber (reforço)”, com um peso de 9%, sendo as demais rubricas residuais.



10 Análise Económica e Financeira

Quadro 3- Estrutura dos Gastos de Exploração

Rubricas	Exercícios	
	2013	2012
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas		
Fornecimentos e serviços externos	20,10%	14,54%
Impostos		
Gastos com pessoal	68,53%	47,14%
Ajustamentos de inventários (perdas)	0,24%	
Imparidades de dividas a receber (reforço)	9,45%	0,01%
Reduções de justo valor		36,42%
Outros gastos e perdas	1,68%	1,89%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: APRAM, S.A.

Fundos Libertos

A cobertura do investimento por autofinanciamento apresenta-se negativa devido ao valor dos “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” não ser suficiente para cobrir o resultado líquido negativo, não gerando fundos libertos, apresentando um valor negativo de 1.360.583,31 euros.

Quadro 4 - Fundos Libertos

Rubricas	Exercícios	
	2013	2012
Resultado líquido do exercício	(14.725.177,78)	(20.654.325,70)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	13.364.594,47	13.408.915,68
Provisões do exercício		
Fundos Libertos	(1.360.583,31)	(7.245.410,02)
Investimento	1.095.789,90	423.006,87
Cobertura do investimento por autofinanciamento	-124,16%	-1712,84%



10 Análise Económica e Financeira

Situação Financeira e Patrimonial

O quadro que se segue evidencia a evolução da situação patrimonial no período de 2013/2012.

Do lado das aplicações de fundos destaca-se, em termos absolutos, a manutenção do imobilizado líquido, com valores superiores a 90% do ativo líquido total, sendo deste modo a parcela com maior representatividade nas contas da APRAM, S.A., o que espelha bem o volume de investimento efetuado de acordo com as orientações do acionista em anos anteriores.

Em relação ao ativo corrente, verifica-se um acréscimo de 12,38 M€, representando neste exercício económico cerca de 7,34% do ativo líquido total.

Este acréscimo respeita ao aumento dos valores a receber, referentes ao cofinanciamento comunitário aprovado nas diversas candidaturas dos projetos, do Fundo de Coesão para o Porto do Caniçal e Porto do Funchal, e do POVT para o Porto do Porto Santo e Porto do Funchal, associados aos investimentos em ativos tangíveis em curso.

Para este ano, o investimento em curso que originou o aumento significativo acima mencionado, foi referente ao projeto aprovado ao abrigo do POVT - "Requalificação e consolidação da zona acostável norte do porto do Funchal".

No entanto, de realçar a necessidade de regularização do saldo do Fundo de Coesão do Porto do Caniçal, dado que inicialmente se previa a receção de 7.256.307,97 € na sequência do encerramento do projeto.

Contudo, fruto de uma correção financeira no total do financiamento, foram consideradas despesas inelegíveis pela Comissão Europeia 9.432.370,18 €, pelo que a APRAM, S.A. terá que pagar 2.176.062,21 € ao IFDR - Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., uma vez que esta entidade substituiu-se à APRAM, S.A. no reembolso à Comissão Europeia.

Este valor está a ser contestado junto das Instâncias Comunitárias, através de um processo judicial, atendendo a que a APRAM, S.A. não concorda com os termos e pressupostos que conduziram à decisão da Comissão Europeia.

Note-se, por último, que a diminuição das dívidas de clientes, deve-se, essencialmente ao facto da APRAM, S.A. ter considerado imparidades pela globalidade e para os clientes de cobrança duvidosa.



10 Análise Económica e Financeira

No entanto, a APRAM, S.A. continua a envidar esforços no sentido de receber os valores a que tem direito, sendo que também está a sofrer as consequências da atual conjuntura económica e financeira (período económico recessivo), verificando-se um diferimento crescente nos calendários de pagamento dos seus clientes.

Quadro 5 – Situação Financeira e Patrimonial (1)

ATIVO	EXERCÍCIOS			
	31-12-2013	%	31-12-2012	%
ACTIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis	333.809.530,91	92,66%	346.069.802,48	95,66%
Ativos intangíveis	25.599,00	0,01%	34.132,00	0,01%
Acionistas/Sócios			1.621.093,16	0,45%
Total do ativo não corrente	333.835.129,91	92,66%	347.725.027,64	96,12%
ATIVO CORRENTE				
Inventários	53.021,44	0,01%	76.926,02	0,02%
Clientes	4.707.871,36	1,31%	5.285.357,27	1,46%
Adiantamentos a fornecedores	40.499,00	0,01%		
Estado e outros entes públicos	84.876,05	0,02%	165.437,44	0,05%
Acionistas/Sócios				
Outras contas a receber	20.299.198,70	5,63%	7.462.839,82	2,06%
Diferimentos	488.005,15	0,14%	466.561,92	0,13%
Caixa e depósitos bancários	756.808,39	0,21%	589.466,27	0,16%
Total do ativo corrente	26.430.280,09	7,34%	14.046.588,74	3,88%
TOTAL DO ATIVO	360.265.410,00	100,00%	361.771.616,38	100,00%

Fonte: APRAM, S.A.

Em termos de rubricas de origens de fundos, verifica-se um decréscimo no Capital Próprio, influenciado, em especial, pelos resultados negativos do ano.

No que diz respeito aos Capitais Permanentes, verifica-se um ligeiro aumento (para os 90%), que decorre, essencialmente, do aumento do Passivo Não Corrente em virtude da renegociação das contas correntes caucionadas (CCC) no valor de 13 M€, tendo sido celebrado um acordo de reconhecimento e regularização de dívida, solucionando-se, assim, as referidas contas, que se encontravam em mora desde 2011.

No que respeita ao passivo corrente, os “Financiamentos obtidos” de curto prazo, apresentam um decréscimo, pelo facto expresso no parágrafo anterior (acordo de reconhecimento e regularização de dívida no valor de 13 ME). Nesta rubrica estão expressos os valores a reembolsar referentes a empréstimos contraídos junto do BEI, Caixa Geral de Depósitos e acionista, durante o ano de 2013, e para fazer face ao pagamento de parte do serviço da dívida da APRAM, S.A..



10 Análise Económica e Financeira

Tal como no ano anterior, procedeu-se ao registo do valor de mercado das operações de cobertura de risco de taxa de juro, contemplado na rubrica “Outros passivos financeiros”. Este valor veio contribuir, significativamente, para a diminuição do passivo corrente.

Este ano verifica-se um aumento significativo da rubrica “Outras contas a pagar” devido, sobretudo, ao aumento das dívidas a fornecedores de investimento e a outros credores. De referir que nestes encontra-se registada uma dívida no valor de 2.176.062,21 € ao IFDR- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., que decorreu da regularização do saldo final do Fundo de Coesão do Porto do Caniçal, e já acima mencionado.

Quadro 6 – Situação Financeira e Patrimonial (2)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS			
	31-12-2013	%	31-12-2012	%
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital realizado	24.715.775,00	6,86%	24.715.775,00	6,83%
Reservas	3.458.448,87	0,96%	3.458.448,87	0,96%
Excedentes de revalorização de ativos fixos	180.293.492,29	50,04%	180.293.492,29	49,84%
Outras variações no capital próprio	86.431.161,91	23,99%	75.915.869,67	20,98%
Resultados transitados	(135.372.391,10)	-37,58%	(113.045.164,79)	-31,25%
Resultado líquido do exercício	(14.725.177,78)	-4,09%	(20.654.325,70)	-5,71%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	144.801.309,19	40,19%	150.684.095,34	41,65%
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Financiamentos obtidos	181.105.882,36	50,27%	172.470.588,24	47,67%
Total do passivo não corrente	181.105.882,36	50,27%	172.470.588,24	47,67%
Capitais permanentes	325.907.191,55	90,46%	323.154.683,58	89,33%
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores	1.234.745,88	0,34%	942.723,59	0,26%
Estado e outros entes públicos	659.169,39	0,18%	248.320,57	0,07%
Financiamentos obtidos	10.762.212,44	2,99%	15.564.705,88	4,30%
Outras contas a pagar	9.395.649,91	2,61%	5.520.816,76	1,53%
Outros passivos financeiros	12.306.440,83	3,42%	16.340.366,00	4,52%
Diferimentos				
Total do passivo corrente	34.358.218,45	9,54%	38.616.932,80	10,67%
TOTAL DO PASSIVO	215.464.100,81	59,81%	211.087.521,04	58,35%
TOTAL DO CAP. PRÓP. + PASSIVO	360.265.410,00	100,00%	361.771.616,38	100,00%

Fonte: APRAM, S.A.

Fundo de Maneio

O fundo de maneio apresenta-se negativo (0,9 M€), pelo que as dívidas de clientes e os inventários são insuficientes para fazer face às obrigações correntes (fornecedores) da empresa, numa ótica de curto prazo.



10 Análise Económica e Financeira

Quadro 7 – Fundo de Maneio

Rubricas	Exercícios	
	2013	2012
Dívidas de clientes + Inventários (1)	4.760.892,80	5.362.283,29
Fornecedores (2)	5.734.350,06	4.244.479,75
Fundo de maneio (3) = (1) - (2)	(973.457,26)	1.117.803,54

Fonte: APRAM, S.A.

Rácios de Natureza Económica

Atendendo ao peso do Resultado Líquido (negativo) obtido no exercício, os indicadores económicos da APRAM, S.A., tal como em anos anteriores, mantêm-se desfavoráveis.

A rentabilidade das prestações de serviços cresceu ligeiramente, apesar de se apresentar negativa, devido à variação positiva dos Resultados de Exploração da empresa.

A rentabilidade dos Capitais Próprios melhorou, fruto do Resultado Líquido que apresentou uma melhoria significativa, influenciado pelo aumento de justo valor.

Quadro 8 – Rácios de Natureza Económica

Rubricas	Exercícios	
	2013	2012
Vendas e prestações de serviços/Ponto crítico (1)	1,12	1,23
Rentabilidade das prestações de serviços (2)	-0,74	-1,38
Rentabilidade do ativo (ROI) (3)	-0,04	-0,06
Rentabilidade dos capitais próprios (ROE) (4)	-0,10	-0,14

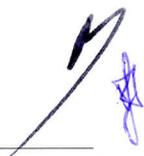
Fonte: APRAM, S.A.

Notas: (1) Ponto crítico = Gastos variáveis (CMVMC + FSE) + Gastos de estrutura (GCP)

(2) Resultados operacionais / Prestações de serviços

(3) Resultados líquidos / Ativo total líquido

(4) Resultados líquidos / Capitais próprios



10 Análise Económica e Financeira

Rácios de Natureza Financeira

De um modo geral, os indicadores financeiros apresentam este ano um resultado mais negativo comparativamente ao ano anterior e em função do resultado líquido negativo que, a pouco e pouco, vai “consumindo” o capital próprio da empresa.

No caso da Liquidez Geral, a evolução foi positiva, passando de 36% para 77%.

Quanto à Autonomia Financeira e à Solvabilidade, verifica-se uma ligeira redução, sendo evidenciados, deste modo, o peso dos resultados negativos.

O prazo médio de cobrança neste exercício foi de 174 dias e o prazo médio de pagamento foi de 226 dias.

Quadro 9 – Rácios de Natureza Financeira

Rubricas	Exercícios	
	2013	2012
Liquidez Geral (1)	0,77	0,36
Autonomia Financeira (2)	0,40	0,42
Solvabilidade (3)	0,67	0,71
Cobertura do imobilizado/investimento (4)	0,98	0,93
Capacidade de endividamento (5)	1,80	1,87
Debt-to-equity (6)	1,33	1,25
Prazo médio de recebimentos (dias) (7)	174	187
Prazo médio de pagamentos (dias) (8)	226	174

Fonte: APRAM, S.A.

Notas: (1) Ativo corrente/Passivo corrente

(2) Capital próprio/Ativo total líquido

(3) Capital próprio/Passivo total

(4) Capitais permanentes/Investimentos líquidos

(5) Capitais permanentes/Passivos não correntes

(6) Passivo financeiro/Capital próprio

(7) (Saldo de clientes C/C * 365 dias)/Vendas + Prestação de serviços)

(8) (Saldo de fornecedores C/C * 365 dias)/Fornecimentos e serviços externos + Compras



10 Análise Económica e Financeira

Proposta de Aplicação de Resultados

Os resultados líquidos do exercício foram negativos no montante de 14.725.177,78 euros, propondo-se que este valor seja levado à conta de Resultados Transitados.

Situação Perante a Segurança Social e o Sector Público Estatal

De um modo geral, a APRAM, S.A. tem a sua situação regularizada perante a Direção Geral dos Impostos, o Centro de Segurança Social da Madeira e demais entidades públicas. No entanto, e por dificuldades de tesouraria, verificaram-se atrasos pontuais no pagamento de descontos (retenções de IRS e Caixa Geral de Aposentações dos trabalhadores) em Dezembro de 2013. Esta situação foi corrigida, tendo o pagamento sido efetuado no decurso do mês de janeiro de 2014.

Perspetivas Futuras

Para os próximos exercícios económicos, de acordo com o Programa de Ajustamento Económico Financeiro para a Região Autónoma da Madeira e com o plano de investimentos, prevê-se a execução de investimentos em algumas obras, designadamente a ponte de cais do terminal norte do porto do Funchal, o novo cais de cruzeiros (obra interligada com a obra de contenção do aterro e regularização das ribeiras) e os edifícios do porto do Porto Santo.

Ao nível do financiamento, prevê-se que este possa ser efetuado através do recurso a contratos programa de investimentos com o Governo Regional, indemnizações compensatórias e cofinanciamento através de fundos comunitários, garantindo o necessário e imprescindível equilíbrio económico e financeiro da empresa.

A APRAM, S.A. tem vindo a enfrentar enormes dificuldades de tesouraria, fruto dos elevados encargos financeiros com a banca comercial, em virtude de ter realizado grandes investimentos, indo de encontro às orientações do acionista (GRAM).

Nesta fase, e face à conjuntura económica e financeira, torna-se cada vez mais necessário a assunção pelo acionista dos valores a pagar por conta do serviço da dívida, no sentido de desonerar a APRAM, S.A. desse encargo e libertando, assim, os fundos da empresa, para a sua atividade de exploração/corrente.

De salientar que desde janeiro de 2014, a APRAM, S.A. está obrigada ao cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.

Só assim, poderá a APRAM, S.A. a médio prazo conseguir fazer face aos compromissos com os fornecedores e manter uma atividade saudável e viável, pois a não acontecer, as dívidas a fornecedores/contas a pagar, tenderão a crescer significativamente no futuro.

10 Análise Económica e Financeira

Funchal, 7 de março de 2014.

O Conselho de Administração:

A Presidente

O Vogal



(Alexandra Cristina Ferreira Mendonça)

(Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus)

100

Evocação do centenário
da Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal

11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS



A APRAM, S.A. tem vindo a enfrentar dificuldades de tesouraria, fruto dos elevados encargos financeiros com a banca comercial, em virtude de ter realizado grandes investimentos. Face à conjuntura económica e financeira, torna-se cada vez mais necessário a assunção pelo acionista dos valores a pagar por conta do serviço da dívida, no sentido de desonerar a APRAM, S.A. desse encargo e libertando, assim, os fundos da empresa, para a sua atividade de exploração/corrente.



PORTOS DA MADEIRA
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.



11 Demonstrações Financeiras e Anexos

11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

DE 01.01.2013 A 31.12.2013



11 Demonstrações Financeiras e Anexos

11.1. Balanço Ativo

Quadro 1 – Balanço Ativo

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2013	31-12-2012
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	8 / 3.11 a)		
Terrenos e recursos naturais		2.280.144,21	2.280.144,21
Edifícios e outras construções		319.806.177,83	332.254.581,86
Equipamento básico		9.802.988,87	10.580.560,43
Equipamento de transporte		209.890,80	242.760,56
Equipamento administrativo		138.129,68	203.901,08
Equipamentos biológicos			
Outros ativos fixos tangíveis		95.478,85	113.964,62
Ativos fixos tangíveis em curso		1.476.720,67	393.889,72
Adiantamentos por conta de investimentos			
		333.809.530,91	346.069.802,48
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	7		
Projetos de desenvolvimento		-	-
Programas de computador		25.599,00	34.132,00
Propriedade industrial			
		25.599,00	34.132,00
Ativos biológicos		-	-
Investimentos financeiros			
Acionistas/sócios	14		1.621.093,16
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-
Ativos não correntes detidos para venda		-	-
			1.621.093,16
Total de ativo não corrente		333.835.129,91	347.725.027,64

11 Demonstrações Financeiras e Anexos

ACTIVO CORRENTE			
Inventários	9 / 3.1. b)		
Matérias - primas, subsidiárias e de consumo		10.000,00	33.904,58
Mercadorias		43.021,44	43.021,44
		53.021,44	76.926,02
Cientes - conta corrente		4.707.871,36	4.297.859,85
Cientes - cobrança duvidosa	12		987.497,42
Adiantamentos a fornecedores		40.499,00	
Estado e outros entes públicos	15	84.876,05	165.437,44
Acionistas/sócios			
Outras operações (Subsid, associad. e empresend. Conj.)			
		4.833.246,41	5.450.794,71
Outras contas a receber			
Pessoal			1.114,29
Outros devedores	13	20.299.198,70	7.461.725,53
		20.299.198,70	7.462.839,82
Diferimentos			
Gastos a reconhecer		488.005,15	466.561,92
		488.005,15	466.561,92
Caixa e depósitos bancários	5		
Depósitos bancários		754.128,34	587.429,88
Caixa		2.680,05	2.036,39
		756.808,39	589.466,27
		26.430.280,09	14.046.588,74
		360.265.410,00	361.771.616,38
TOTAL DO ATIVO			

11 Demonstrações Financeiras e Anexos

11.2. Balanço Passivo

Quadro 2 – Balanço Passivo

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2013	31-12-2012
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	4	24.715.775,00	24.715.775,00
Reservas:			
Reservas legais			
Outras reservas		3.458.448,87	3.458.448,87
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		180.293.492,29	180.293.492,29
Outras variações no capital próprio	13 / 3.1. e)	86.431.161,91	75.915.869,67
Resultados transitados		(135.372.391,10)	(113.045.164,79)
Resultado líquido do período		(14.725.177,78)	(20.654.325,70)
Total de capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe		144.801.309,19	150.684.095,34
Capital próprio atribuível aos Interesses minoritários		-	-
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		144.801.309,19	150.684.095,34
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Instituições de crédito e sociedades financeiras	16	181.105.882,36	172.470.588,24
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-
		181.105.882,36	172.470.588,24
Outras contas a pagar			
Total do passivo não corrente		181.105.882,36	172.470.588,24
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores, conta corrente		1.150.417,27	860.637,42
Fornecedores - faturas em receção e conferência		84.328,61	82.086,17
Estado e outros entes públicos	15	659.169,39	248.320,57
Financiamentos obtidos			
Instituições de crédito e sociedades financeiras	16	10.762.212,44	15.564.705,88
Adiantamentos por conta de vendas			
		12.656.127,71	16.755.750,04
Outras contas a pagar			
Fornecedores de investimentos		4.499.604,18	3.301.756,16
Credores por acréscimos de gastos		1.419.677,35	1.166.931,05
Outros credores		3.476.368,38	1.052.129,55
		9.395.649,91	5.520.816,76
Passivos financeiros detidos para negociação	16	-	-
Outros passivos financeiros		12.306.440,83	16.340.366,00
		12.306.440,83	16.340.366,00
Diferimentos			
Total do passivo corrente		34.358.218,45	38.616.932,80
TOTAL DO PASSIVO		215.464.100,81	211.087.521,04
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		360.265.410,00	361.771.616,38



11 Demonstrações Financeiras e Anexos

11.4. Demonstração dos fluxos de caixa – Método direto

Quadro 4 – Demonstração de Resultados

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2013	31-12-2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRETO			
Recebimentos de clientes		9.892.627,98	9.230.286,61
Pagamentos a fornecedores		(1.905.568,98)	(1.391.431,67)
Pagamentos ao pessoal		(6.179.769,92)	(6.078.232,31)
Caixa gerada pelas operações		1.807.289,08	1.760.622,63
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(31.631,06)	(85.074,16)
Outros recebimentos/pagamentos		164.244,00	660.020,11
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1.939.902,02	2.335.568,58
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(189.510,40)	(444.074,11)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			5.000,00
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		221.178,28	5.122.025,31
Juros e rendimentos similares		29.646,46	10.533,58
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		61.314,34	4.693.484,78
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		6.885.006,56	800.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		1.621.093,16	181.304,80
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(3.052.205,88)	(1.764.705,88)
Juros e gastos similares		(7.287.768,08)	(6.470.024,93)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(1.833.874,24)	(7.253.426,01)
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		589.466,27	813.838,92
Caixa e seus equivalentes no fim do período		756.808,39	589.466,27

11.5. Demonstração das alterações do capital próprio

Quadro 5 – Demonstração das Alterações do Capital Próprio

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL						TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
		CAPITAL REALIZADO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIÁÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	
POSICÃO NO INÍCIO DO ANO 2013	(1)	24.715.775,00	3.458.448,87	(113.045.164,79)	180.293.492,29	75.915.869,67	(20.654.325,70)	150.684.095,34
ALTERAÇÕES NO ANO 2013								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								0,00
Alterações de políticas contabilísticas								0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis								0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								0,00
Ajustamentos por impostos diferidos								0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	(2)	0,00	0,00	(22.327.226,31)	0,00	10.515.292,24	20.654.325,70	8.842.391,63
RESULTADO LÍQUIDO DO ANO 2013	(3)							
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)	0,00	0,00	(22.327.226,31)	0,00	10.515.292,24	5.925.147,92	(5.882.786,15)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DO CAPITAL NO ANO 2013								
Realizações de capital								0,00
Realizações de prémios de emissão								0,00
Distribuições								0,00
Entradas para cobertura de perdas								0,00
Outras operações	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2013	(6) = (1) + (2) + (3) + (5)	24.715.775,00	3.458.448,87	(135.372.391,10)	180.293.492,29	86.431.161,91	(14.725.177,78)	144.801.309,19

APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.
 CONTRIBUINTE N.º 511 137 753 - CONS. REG. COM. FUNCHAL N.º 7373
 Gare Marítima da Madeira, Molhe da Pontinha, Porto do Funchal - 9004-518 FUNCHAL - PORTUGAL
 TEL: 351 291 20 86 00 - FAX: 351 -291 - 22 01 96
 portosdamadeira@apram.pt - www.apram.pt

11 Demonstrações Financeiras e Anexos

O Conselho de Administração:

A Presidente

O Vogal



(Alexandra Cristina Ferreira Mendonça)



(Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus)

O Técnico Oficial de Contas:

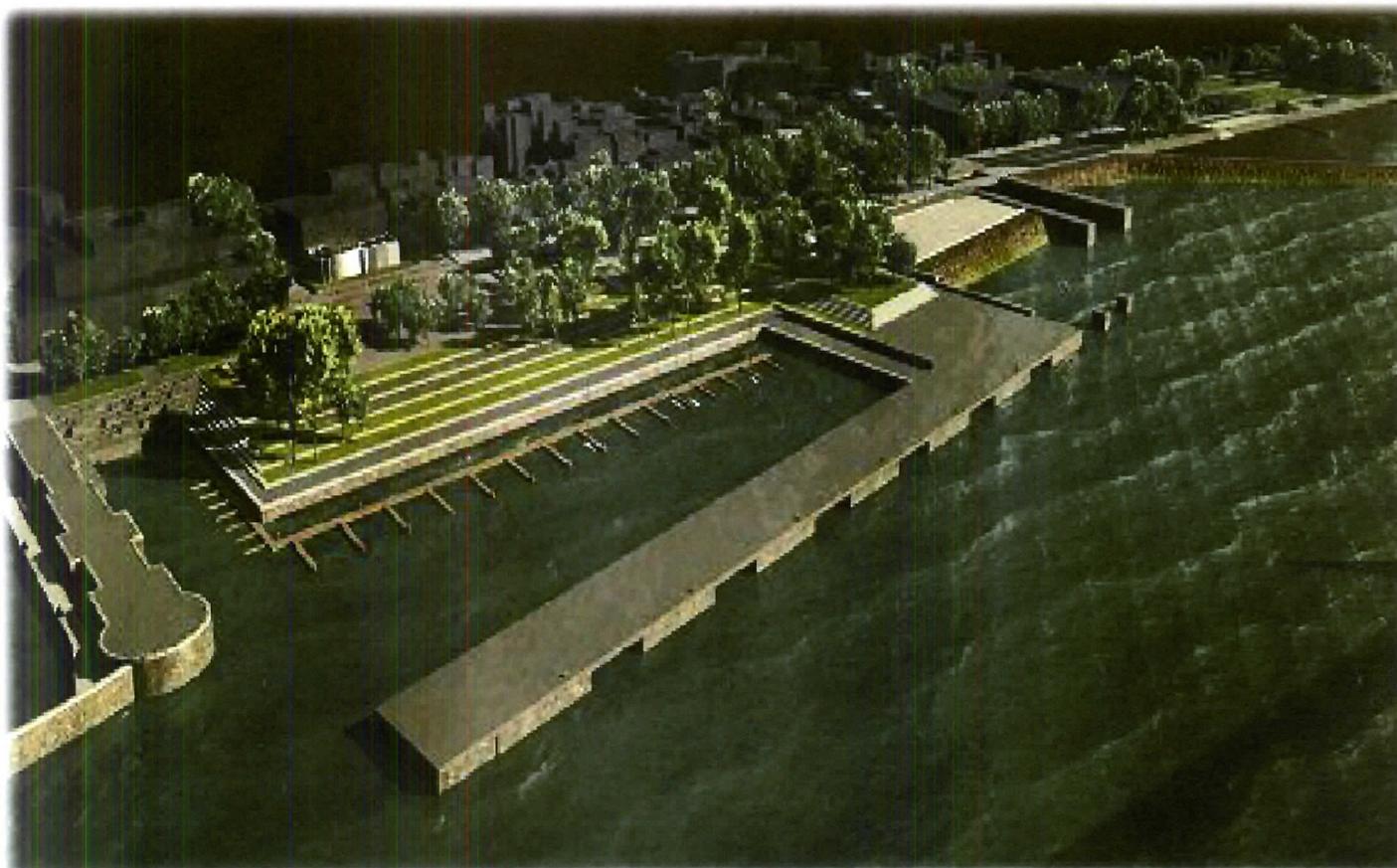


(Miguel Ângelo Gonçalves de Faria)

100

Evocação do centenário
da Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal

12. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2013



Projetando o futuro, a próxima obra será a construção do *Novo Cais de Cruzeiros* na frente de proteção marítima do depósito temporário de inertes, criada a nascente do cais da cidade do Funchal , com uma extensão de 330 mt.



PORTOS DA MADEIRA
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

12. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2013

NOTA INTRODUTÓRIA:

A APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., foi constituída a 1 de agosto de 1999, por aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, e tem por objeto a prestação dos serviços inerentes à atividade portuária na Região Autónoma da Madeira.

1. Identificação da Entidade

- 1.1. **Designação da entidade:** APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A.
- 1.2. **Sede:** Gare Marítima da Madeira – Molhe da Pontinha – Porto do Funchal, 9004-518 Funchal.
- 1.3. **NIPC:** 511 137 753
- 1.4. **Natureza da Atividade:** A APRAM, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos e dedica-se à prestação de serviços inerentes à atividade portuária, bem como à gestão e fiscalização dos espaços dominiais sob a sua jurisdição, na Região Autónoma da Madeira.
- 1.5. Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em euros.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. **Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, com as consequentes adaptações em função da necessidade de relato financeiro da empresa.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso n.º 15 652/2009, de 7 de setembro (Estrutura conceptual);

12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2013

- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 1 011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas);
- Aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso n.º 15 654/2009, de 7 de setembro (Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades);
- Aviso n.º 15 653/2009, de 7 de setembro (Normas interpretativas 1 e 2).

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade: No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior: Os valores referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2013, incluídos nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2012.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

- a) **Ativos fixos tangíveis:** Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações. Os ativos fixos tangíveis, encontram-se contabilizados ao custo de aquisição, com exceção dos bens próprios e do domínio público, que foram inventariados e avaliados em 1999, por avaliadores independentes e integrados nas contas da APRAM, S.A. no exercício de 2000. O efeito líquido das avaliações está reconhecido nos “Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis”.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, sendo registadas por duodécimos, de forma a reintegrarem o valor dos bens durante a sua vida útil esperada.

A partir do ano 2011, passaram a ser utilizadas as taxas mínimas para todos os bens, previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro de 2009, independentemente de no ano 2007, já terem sido alteradas as taxas de amortização das infraestruturas marítimo-portuárias para a taxa mínima, em

12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2013

virtude de se ter considerado que a taxa utilizada (taxa máxima), não seria a que melhor evidenciava a durabilidade daquele tipo de infraestruturas, aplicando-se atualmente uma taxa de 2,5%, em vez da que estava a ser aplicada em anos anteriores, que era de 5%.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições de funcionamento/utilização, pelo que passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso ou nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela empresa.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas respetivas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

- b) **Inventários:** As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo estão valorizadas ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.
- c) **Benefícios de empregados:** As obrigações decorrentes dos benefícios de empregados são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o seu pagamento.

De acordo com a legislação vigente, o direito a férias e ao correspondente subsídio é adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, o valor das férias, do subsídio de férias e respetivos encargos a pagar são contabilizados nos gastos do exercício a que dizem respeito, por contrapartida de diferimentos, independentemente da data do respetivo pagamento. Em 2013, o valor global da responsabilidade reconhecida a pagar em 2014, foi de 727.669,80 Euros.

- d) **Rendimentos a reconhecer:** Nesta rubrica foram contabilizados essencialmente serviços prestados em dezembro de 2013, no montante de 466.621,36 Euros, mas que só serão faturados em 2014.
- e) **Subsídios atribuídos para financiamento de investimentos:** Os subsídios atribuídos à APRAM, S. A., a fundo perdido, para financiamento de investimentos, são registados como outras variações no capital próprio, na rubrica de subsídios, e reconhecidos anualmente na demonstração de resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

3.2. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas

12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2013

demonstrações financeiras: Na preparação das Demonstrações Financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro: As Demonstrações Financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa.

4. Capital Social

O capital social é de 24.715.775,00 € euros, representado por 4.943.155 ações, no valor nominal de 5 euros por ação.

O capital social, acima referido, foi subscrito e realizado na sua totalidade pela Região Autónoma da Madeira, sendo as ações detidas pelo Governo Regional da Madeira, representado atualmente pela Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes.

5. Fluxos de Caixa

5.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários.

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos com base nos registos contabilísticos.

RUBRICAS	CONTA	VALOR
CAIXA		
Caixa	11100000	798,83
Fundo de maneo - Tesouraria	11800000	602,60
Fundo de maneo - Pilotos	11800001	374,34
Fundo de maneo - Porto Santo	11800002	377,39
Fundo de maneo - Aprovisionamento	11800003	371,94
Fundo de maneo - Porto do Caniçal	11800004	143,95
Fundo de maneo - Loja APRAM	11800005	20,00
Total de caixa (1)		2.680,05
DEPÓSITOS BANCÁRIOS		
Millennium BCP	12000001	498.626,41
Banco Internacional do Funchal	12000002	25.588,13
Millennium BCP - MAC	12000005	469,86
Barclays Bank PLC - Dep. Ordem	12000006	5.155,46
IGCP - Dep. Ordem	12000010	550,08
IGCP - POVT Porto Santo	12000011	2.025,31
CGD - Dep. Ordem	12000012	534,81
IGCP - POVT Requalific. da zona acost. Norte P. Funchal	12000013	221.178,28
Total de depósitos bancários (2)		754.128,34
TOTAL DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS = (1) + (2)		756.808,39



12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2013

6. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não foram detetados erros relativamente às contas aprovadas em SNC, referentes ao ano 2013.

7. Ativos Fixos Intangíveis

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
<u>ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS</u>					
Programas de computador	51.198,00				51.198,00
Despesas de investigação e desenvolvimento					
Depreciações acumuladas do ativo fixo intangível	(17.066,00)	(8.533,00)			(25.599,00)
Propriedade industrial e outros direitos					
Total do ativo fixo intangível líquido	34.132,00	(8.533,00)			25.599,00

8. Ativos Fixos Tangíveis

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFER. E ABATES	SALDO FINAL
<u>ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS</u>					
Terrenos e recursos naturais	2.280.144,21				2.280.144,21
Edifícios e outras construções	504.137.892,78				504.137.892,78
Equipamento básico	29.574.233,96				29.574.233,96
Equipamento de transporte	559.356,64				559.356,64
Equipamento administrativo	2.412.479,21	12.958,95			2.425.438,16
Outros ativos fixos tangíveis	1.157.121,01				1.157.121,01
Ativos fixos tangíveis em curso	393.889,72	1.082.830,95			1.476.720,67
Adiantamentos por conta de investimentos					
Ativo tangível bruto	540.515.117,53	1.095.789,90			541.610.907,43
Depreciações acumuladas do ativo fixo tangível	(194.445.315,05)	(13.356.061,47)			(207.801.376,52)
Perdas por imparidade e reversões acumuladas					
Total do ativo fixo tangível líquido	346.069.802,48	(12.260.271,57)			333.809.530,91

12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2013

9. Inventários

As mercadorias e os materiais de consumo, encontram-se valorizados ao custo de aquisição.

Em 31 de Dezembro de 2013, os valores registados na contabilidade são os seguintes:

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MATERIAIS DE CONSUMO
Saldo inicial	43.021,44	33.904,58
Regularização de existências		(23.904,58)
Saldo Final	43.021,44	10.000,00

10. Custo dos Empréstimos Obtidos

10.1 Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos: De um modo geral, os custos dos empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem. Contudo, para o caso dos empréstimos obtidos associados a ativos fixos em curso (investimentos), os juros dos empréstimos são capitalizados, ou seja, são acrescidos ao custo do ativo, enquanto este se mantiver em curso. Assim que o ativo é transferido para ativo fixo, o custo dos empréstimos passam a ser reconhecidos como gasto do período.

10.2 Quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período: No decorrer do exercício de 2013, a APRAM, S.A. suportou 7.477.155,50 € de juros e gastos similares, respeitantes maioritariamente a empréstimos obtidos. Neste exercício, não foram imputados/capitalizados quaisquer valores aos investimentos em curso.

10.3 Taxa de capitalização usada para determinar a quantia do custo dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização: A taxa de juro utilizada para o cálculo dos juros bancários, está de acordo com os valores efetivamente cobrados pelas respetivas entidades bancárias. Na maior parte dos casos, está a ser indexada à taxa de juro Euribor a 6 meses, acrescida de um spread bancário.

12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2013

RUBRICAS	31-12-2013	31-12-2012	VARIAÇÃO
OUTROS GASTOS E PERDAS			
Imposto de selo	111.032,09	113.079,33	-1,81%
Imposto de circulação de veículos	940,23	995,16	-5,52%
Resíduos sólidos	6.889,24	5.653,22	21,86%
Esgotos	126,82	160,44	-20,95%
Imposto municipal de imóveis	4.605,99	4.453,15	3,43%
Sinistros	1.741,76		
Abates		4.080,00	
Correções de exercícios anteriores	38.160,23	128.937,93	-70,40%
Diferenças de arredondamentos/preços		0,81	-100,00%
Outros não especificados	3.474,96	684,32	407,80%
TOTAL DE OUTROS GASTOS E PERDAS	166.971,32	258.044,36	-35,29%
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS			
Juros suportados de empréstimos bancários	7.209.372,43	6.137.547,75	17,46%
Juros de mora e compensatórios	577,12	24.469,88	-97,64%
Outros juros	189.387,42	308.007,30	-38,51%
Outros gastos e perdas de financiam.	77.818,53		
TOTAL DE JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	7.477.155,50	6.470.024,93	15,57%

11. Rédito

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

RUBRICAS	31-12-2013	31-12-2012	VARIAÇÃO
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS			
TUP Navio	564.906,22	692.141,18	-18,38%
TUP Carga Geral	62.982,30	75.011,31	-16,04%
Armazenamento de contentores	119.631,93	271.547,13	-55,94%
Diversos serviços	222.325,43	137.631,97	61,54%
Amarração / desamarração	520.402,67	539.518,49	-3,54%
Serviço de reboques	574.542,54	525.957,84	9,24%
Serviço de lancha	9.800,00	12.220,00	-19,80%
Serviço de pilotagem	784.779,55	865.630,00	-9,34%
Serviço de báscula / pesagem	10.100,58	8.050,44	25,47%
Fornecimento de mão-de-obra	90.098,28	78.983,05	14,07%
Serviço de guindagem	10.995,00	3.934,80	179,43%
Transporte horizontal	301.090,34	283.656,34	6,15%
Fornecimento de água	168.545,26	143.289,61	17,63%
Fornecimento de energia elétrica	91.317,01	174.353,01	-47,63%
Fornecimento de energia elétrica a contentores frigoríficos	9.741,64	986,07	887,93%
Estacionamento de navios	21.251,78	29.789,63	-28,66%
Concessões e alugueres diversos	1.065.321,02	1.080.133,84	-1,37%
TUP granéis sólidos	434.175,29	333.226,04	30,29%
TUP granéis líquidos - terminais privativos	221.091,86	226.693,89	-2,47%
TUP contentores	2.683.122,30	2.655.912,29	1,02%



12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2013

RUBRICAS	31-12-2013	31-12-2012	VARIAÇÃO
TUP veículos	315.452,00	375.682,00	-16,03%
TUP outros	403,88		
Tráfego de passageiros	1.162.136,27	1.475.929,04	-21,26%
Fundeadouro de navios	16.861,68	7.789,04	116,48%
Taxa de resíduos	338.794,96	256.519,50	32,07%
Taxa de ISPS	59.818,10	41.687,68	43,49%
TOTAL DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	9.859.687,89	10.296.274,19	-4,24%
<u>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</u>			
Sinistros	3.801,35		
Rendimentos de imóveis		22.480,35	
Alienações de investimentos não financeiros		5.000,00	
Indemnizações	22.347,40	29.735,49	-24,85%
Correções relativas a exercícios anteriores	60.207,82	125.575,13	-52,05%
Subsídios para investimentos	2.040.197,61	2.344.421,03	-12,98%
Outros rendimentos e ganhos	94,19	173,02	-45,56%
TOTAL DOS OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2.126.648,37	2.527.385,02	-15,86%
<u>JUROS</u>			
Depósitos bancários	180,21	1.117,50	-83,87%
Outros juros	29.466,25	9.416,08	212,94%
TOTAL DOS JUROS	29.646,46	10.533,58	181,45%
TOTAL	12.015.982,72	12.834.192,79	-6,38%

12. Provisões/Clientes de Cobrança Duvidosa

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
<u>CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA</u>				
Clientes cobrança duvidosa	2.085.334,58	315.037,50	(364.187,59)	2.036.184,49
Provisões de clientes	(1.096.837,16)	(938.347,33)		(2.036.184,49)
Clientes cobrança duvidosa	987.497,42	(623.309,83)	(364.187,59)	0,00

13. Subsídios do Governo e Apoios Comunitários

13.1 Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras: Os subsídios ao investimento a fundo perdido, para financiamento de investimentos em ativos fixos, são reconhecidos



12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2013

anualmente na Demonstração de Resultados, proporcionalmente às amortizações dos ativos fixos tangíveis que foram objeto de financiamento, e são registados na rubrica “Outras variações no capital próprio”.

Os subsídios a fundo perdido também são reconhecidos de acordo com o valor a receber e contratado, face a cada projeto de investimento, ficando em balanço a evidência do montante total do projeto aprovado, na candidatura face ao respetivo programa de apoio (Fundo de Coesão, POVT, etc.).

Este ano o valor considerado no Balanço, na rubrica “Outros devedores” é de 20.299.198,70 €. Atendendo a que a execução física e financeira do projeto do Fundo de Coesão do Porto do Funchal já terminou, bem como está a ser preparada uma reprogramação para o projeto do POVT do Porto do Porto Santo, o valor a receber em contas de balanço, no ano 2013, no que diz respeito aos subsídios ao investimento foi alterado, no sentido de evidenciar os valores mais prováveis de receção de verbas dos Fundos Comunitários, em função da taxa de execução de cada projeto, bem como da expectativa da empresa de vir a receber aqueles montantes.

Houve necessidade de corrigir a amortização anual (de acordo com as taxas de amortização dos bens afetos ao financiamento) dos valores imputados ao exercício, bem como a exercícios anteriores, tendo o impacto de 238.672,83 € do ano corrente, sido registado em contas de gastos e, de 1.672.900,61 € de anos anteriores, sido registado em contas de resultados transitados. Esta correção, deveu-se à regularização do saldo a receber no valor de 7.256.307,97 €, do Fundo de coesão do Porto do Caniçal, em virtude do encerramento do projeto, na qual originou uma correção financeira total do financiamento, inerente às despesas consideradas inelegíveis no montante de 9.432.370,18 €, pelo que a APRAM, S.A. inverteu a sua posição, pois em vez de receber, passou a ter a obrigação de devolver 2.176.062,21 €.

O acréscimo significativo nesta rubrica, corresponde ao cofinanciamento atribuído ao abrigo do POVT, do projeto de “Requalificação e consolidação da zona acostável norte do porto do Funchal”, no valor de 17.632.959,42 €. Inclui-se também nesta rubrica o valor de 2.682.000,00 €, ao abrigo de um contrato programa com o Governo Regional da Madeira, no sentido de colmatar a parte não cofinanciada do projeto, pelo POVT.



12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2013

RUBRICAS	31-12-2013	31-12-2012	VARIAÇÃO
OUTRAS VARIACÕES NO CAPITAL PRÓPRIO			
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	(80.299,17)	(80.299,17)	
Sub-total (1)	(80.299,17)	(80.299,17)	
Fundo de coesão do porto do Caniçal	28.262.111,94	36.829.229,96	-23,26%
Remate nascente da plataforma marítima	222.173,34	229.996,38	-3,40%
Molhe exterior da pontinha	883.224,28	918.702,64	-3,86%
Apoio náutico do Porto Santo	502.335,79	520.940,95	-3,57%
Ampliação do cais de Machico	355.393,52	374.098,40	-5,00%
Ampliação do cais da Calheta	398.544,02	413.304,86	-3,57%
Berço de estacionamento de navios	256.130,55	274.412,55	-6,66%
Estaleiro naval do porto de pesca	533.089,77	554.413,41	-3,85%
Forte de nossa senhora	26.001,32	31.201,64	-16,67%
Cais da Ribeira Brava	29.304,30	35.165,22	-16,67%
Sistema de guiamento de embarcações	131.308,58	136.171,82	-3,57%
Embarcações de madeira	235.682,13	244.411,05	-3,57%
Ampliação do cais do Paul do Mar	1.813.940,81	1.872.235,49	-3,11%
Aquisição de rebocador polivalente	114.124,74	128.370,42	-11,10%
Ligação viária da avenida Sá Carneiro	133.553,08	152.632,12	-12,50%
Ampliação do cais do Porto Moniz	7.298.938,77	7.527.030,57	-3,03%
Fundo de coesão do porto do Funchal	10.137.005,66	10.455.214,94	-3,04%
POVT do porto do Porto Santo	12.992.581,30	13.350.975,34	-2,68%
Contrato programa de investimentos	1.871.057,76	1.947.661,08	-3,93%
POVT – Zona acostável norte do Porto do Funchal	20.214.959,42		
Sub-total (2)	86.511.461,08	75.996.168,84	13,84%
TOTAL DAS OUTRAS VARIACÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (1) + (2)	86.431.161,91	75.915.869,67	13,85%

13.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações

financeiras e indicação de outras formas de apoio de que diretamente se beneficiou:

Para além dos subsídios anteriores (ao investimento), a APRAM, S.A. participa num conjunto de projetos transatlânticos, no âmbito do programa de cooperação transnacional Madeira-Açores-Canárias (MAC) - 2007-2013, onde constam alguns projetos comparticipados pela Comunidade Europeia, designadamente:

- MACSIMAR
- GESPORT
- COSTA

14. Acionistas/Sócios

O valor despendido pela APRAM, S.A. para a aquisição da parcela de terreno sita na Av. Sá Carneiro, designada por “Silos da EPAC” estava registada na rubrica de “Outras contas a



12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2013

receber”, pelo valor de 1.621.093,16 €, visto que a empresa tinha despendido esta verba nos termos do contrato promessa de compra e venda, existindo a expectativa de ser ressarcida do montante entretanto já despendido à conta de um ativo que foi cedido pelo acionista através da Resolução n.º 22/2011 do Conselho de Governo, reunido em plenário de 13 de janeiro de 2011, a título definitivo e gratuito, à Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A..

Pela publicação da Resolução n.º 29/2013 do Conselho do Governo, reunido em plenário de 17 de janeiro de 2013, foi decidido devolver a quantia de 1.621.093,16 € à APRAM, S.A., por conta do sinal e parte do preço pago ao promitente comprador, relativo ao contrato promessa estabelecido entre a APRAM e a EPAC em 31 de Maio de 2000.

Este valor foi integralmente pago no decorrer do ano 2013.

15. Sector Público Estatal

RUBRICAS	31-12-2013	31-12-2012	VARIAÇÃO
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS			
Pagamento especial por conta	84.830,82	82.820,02	2,43%
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	45,23	4.006,42	-98,87%
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		78.611,00	
Sub-total (1)	84.876,05	165.437,44	-48,70%
Estimativa de imposto (IRC)	(6.742,25)	(6.819,44)	-1,13%
Retenções de impostos sobre rendimentos (IRS)	(310.543,00)	(109.257,56)	184,23%
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(11.581,53)		
Contribuições para a segurança social e outros sistemas complementares	(328.717,05)	(130.195,88)	152,48%
Sindicatos e outras retenções	(1.585,56)	(2.047,69)	-22,57%
Sub-total (2)	(659.169,39)	(248.320,57)	165,45%
TOTAL DOS ENCARGOS COM O ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (1) + (2)	(574.293,34)	(82.883,13)	-592,90%

16. Instrumentos Financeiros Passivos

Os instrumentos financeiros que a empresa tem ao seu dispor, são os seguintes:



12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2013

DESCRIÇÃO	31-12-2013	31-12-2012	VARIAÇÃO
FINANCIAMENTOS OBTIDOS MLP			
Banco Europeu de Investimento	34.705.882,36	36.470.588,24	-4,62%
Barclays Bank, PLC / E. E. P. K.	58.000.000,00	58.000.000,00	
Déxia Sabadell, S. A.	78.000.000,00	78.000.000,00	
Barclays Bank, PLC - Conta Corrente Caucionada	10.400.000,00		
Total dos financiamentos MLP	181.105.882,36	172.470.588,24	5,01%
FINANCIAMENTOS OBTIDOS CP			
Barclays Bank, PLC - Conta Corrente Caucionada	2.112.500,00	13.000.000,00	-83,75%
Banco Europeu de Investimento	1.764.705,88	1.764.705,88	
Caixa Geral de Depósitos	1.500.000,00	800.000,00	87,50%
Região Autónoma da Madeira	5.385.006,56		
Total dos financiamentos CP	10.762.212,44	15.564.705,88	-30,86%
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO			
Outros passivos financeiros:			
Swap de taxa de juro Societe Generale - 63 ME	6.548.459,00	8.634.893,00	-24,16%
Swap de taxa de juro Societe Generale - 30 ME	3.051.487,00	4.037.656,00	-24,42%
Swap de taxa de juro Royal Bank of Scotland - 28 ME	2.706.494,83	3.667.817,00	-26,21%
Total dos passivos financeiros	12.306.440,83	16.340.366,00	-24,69%
TOTAL	204.174.535,63	204.375.660,12	-0,10%

No que se refere à rubrica “Outros passivos financeiros”, os valores apresentados nas demonstrações financeiras correspondem ao valor de mercado das operações de cobertura de taxa de juro, que foram negociadas pela APRAM, S.A., com o aval da Região Autónoma da Madeira, e que à luz do normativo (SNC), corresponde na prática ao valor que a empresa teria de suportar para fechar a operação junto das entidades credoras.

Saliente-se que este valor oscila diariamente, na medida em que as taxas de juro do mercado são ajustadas, podendo atingir valores de cotação bastante positivos ou bastante negativos, consoante a conjuntura e comportamento dos mercados internacionais.

Neste ano, foi estabelecido um acordo de reconhecimento e regularização de dívida, atendendo a que a APRAM, S.A. detinha junto do Barclays Bank dois contratos de empréstimo sob a forma de abertura de crédito (CCC), no valor de 4 M€ e de 9 M€, no sentido de unificar a dívida (13 M€) e proceder ao seu pagamento em 3 anos, com a possibilidade de alongar o prazo para os 4 anos. Assim sendo, os valores refletidos nas rubricas “Barclays Bank, PLC – Conta Corrente Caucionada”, espelham esta situação, sendo



12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2013

que no decorrer do ano 2013, foram amortizados 487.500 € por conta do novo acordo estabelecido.

Acresce dizer, que em 2013, foi assinado um contrato de mútuo com a Região Autónoma da Madeira até ao limite de 5,4 M€, no sentido de dotar a APRAM, S.A. de alguma disponibilidade financeira (liquidez), para fazer face a parte do serviço da dívida (juros e amortização de capital), que foram contraídos pela empresa, no âmbito da missão atribuída pelo acionista em anos anteriores, no sentido de dotar a Região Autónoma da Madeira de infraestruturas marítimo portuárias e respetivos equipamentos, o que originou elevados montantes de investimento, com recurso à banca, em parte, como fonte de financiamento.

17. Gastos com o Pessoal

Durante o ano 2013, a APRAM, S.A. tinha ao seu serviço 167 pessoas. Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

RUBRICAS	31-12-2013	31-12-2012	VARIAÇÃO
<u>GASTOS COM OS ÓRGÃOS SOCIAIS</u>			
Remunerações dos órgãos sociais	133.218,06	110.814,08	20,22%
Encargos com as remunerações	25.150,72	9.982,12	151,96%
Total dos gastos com os órgãos sociais	158.368,78	120.796,20	31,10%
<u>GASTOS COM O PESSOAL</u>			
Remunerações do pessoal	5.409.129,46	4.946.268,42	9,36%
Outros gastos com o pessoal	161.996,77	265.747,14	-39,04%
Encargos com as remunerações	1.074.329,51	707.248,53	51,90%
Total dos gastos com o pessoal	6.645.455,74	5.919.264,09	12,27%
<u>GASTOS COM O ESTALEIRO NAVAL DO CANIÇAL</u>			
Remunerações do pessoal		79.126,96	
Indemnizações por rescisão - mútuo acordo		279.326,72	
Outros gastos com o pessoal		2.047,42	
Encargos com as remunerações		18.684,05	
Total dos gastos com o estaleiro naval do Caniçal		379.185,15	
TOTAL DOS BENEFÍCIOS COM EMPREGADOS	6.803.824,52	6.419.245,44	5,99%

A rubrica “Outros gastos com o pessoal” inclui gastos com a medicina do trabalho, formação, seguro de saúde e seguro de acidentes de trabalho.

12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2013

Os gastos com o pessoal apresentam um acréscimo na ordem dos 384.579,08 €, apesar da continuação dos cortes salariais, do congelamento da tabela salarial, das promoções e diuturnidades, nos termos estipulados no orçamento de estado para o ano 2013. Este valor reflete os seguintes impactos:

- Aumento das taxas de desconto da APRAM S.A. (aumento de 15% para 20%) e da alteração da base de incidência dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações, onde passaram a ser consideradas todas as remunerações, nos mesmos termos da incidência das taxas contributivas para a Segurança Social. Refira-se que, ano após ano, com as sucessivas alterações das quotas para a Caixa Geral de Aposentações, que tem vindo paulatinamente a subir, a APRAM, S.A. tem sentido os reflexos no crescimento de gastos com pessoal.
- Pagamento dos subsídios de férias e natal a todos os trabalhadores quando no ano anterior a maior parte dos colaboradores não tiveram direito a subsídio de férias.

18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

O presente relatório contém os elementos que caracterizam a situação económica e financeira da APRAM e demais informações a que se refere o artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/M, de 5 de agosto.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

Estão em curso dezasseis processos, que incluem:

- Processos judiciais referentes ao Estaleiro Naval do Caniçal, escalas do navio Armas no porto do Funchal, e através dos quais são pedidas responsabilidades cíveis à APRAM, S.A..
 - Não foram constituídas provisões para os referidos processos por se considerar improvável a condenação da empresa, apesar de na ação movida pela MEC-Madeira Engineering Company, S.A. já ter sido proferida sentença em 4 de Dezembro de 2013 que condenou a APRAM, S.A. a pagar um valor resultante dos prejuízos causados pela estadia do Lady Vanessa no Estaleiro Naval do Caniçal, à altura explorado por aquela empresa. A quantia a pagar seria apurada em execução de sentença, o que ainda não aconteceu. É nossa expectativa que tal não venha a acontecer porquanto a decisão do Tribunal da vara Mista do Funchal foi sujeita a Recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa;
- Tribunal Arbitral em ação que opõe APRAM, S.A. à CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A..

12 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2013

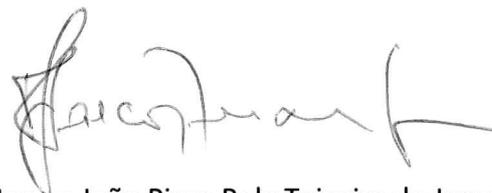
O Conselho de Administração:

A Presidente

O Vogal



(Alexandra Cristina Ferreira Mendonça)



(Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus)

O Técnico Oficial de Contas:



(Miguel Ângelo Gonçalves de Faria)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

E

RELATÓRIO E PARECER DO

FISCAL ÚNICO



Maria Fernanda Barreto M. Colaço
Luis Manuel da Silva Rosa
Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho
Alexandre da Paixão Coelho

Rua Castilho, nº 39 – 9º A
1250-068 Lisboa
Telefones 213 552 980
213 530 665
Fax 213 533 933
Email geral@crc-sroc.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

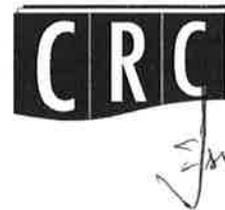
1. Examinámos as demonstrações financeiras de **APRAM – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A. (APRAM, S.A.)** as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 360.265.410 Euros e um total de capital próprio de 144.801.309 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 14.725.178 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

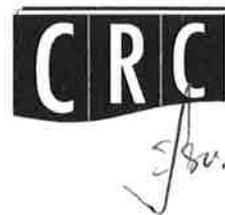
4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 a 9 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Não dispomos de informação de modo a comprovar se existem eventuais impactos financeiros positivos actuais ou futuros, relativos à infraestrutura construída, em frente à antiga sede da **APRAM**, em terrenos afectos ao seu património.
8. Tendo recebido 2 cartas dos advogados da Empresa, estas explicitam a existência de processos intentados contra a **APRAM**, de montantes significativos, sobre os quais a Administração da Empresa considera que não assiste qualquer razão aos proponentes, conforme divulgado na Nota 19 do Anexo às contas. Não foi constituída qualquer provisão para fazer face a eventuais encargos com estes processos, desconhecemos se existirão impactos financeiros futuros decorrentes dos processos em causa.
9. O saldo do Cliente CLCM – Companhia Logística de combustíveis da Madeira, SA, no montante de 1.544.525 euros, inclui dívidas desde 2007, e em contestação, e estão constituídas parcialmente perdas por imparidade. Não dispomos de informação suficiente para determinar o desfecho do processo litigioso e a necessidade de reforço das perdas por imparidade.



OPINIÃO

10. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 a 9, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **APRAM – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

11. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

12. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para os seguintes factos:

- 12.1 A **APRAM** continua a gerar prejuízos significativos cuja tendência de alteração a curto prazo não é previsível, a não ser que surjam negócios lucrativos enquadrados na actividade definida no contrato de sociedade.

Constata-se que os proveitos gerados são insuficientes face aos custos operacionais, nos quais as amortizações têm um impacto determinante. A manter-se esta situação, a prazo, pode-se colocar em causa o princípio da continuidade das operações, porque os capitais próprios vão sendo progressivamente absorvidos pelos prejuízos, bem como a aplicação do actual artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, relativo à Perda de metade do capital.

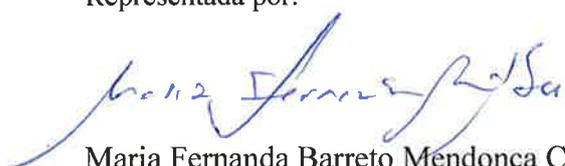
De igual modo, o cumprimento de compromissos futuros de pagamento de juros e reembolso de empréstimos, está dependente do apoio do accionista.

12.2 No ano transacto estava expressa uma reserva que exprimia uma incerteza quanto ao recebimento de um subsídio ao investimento, que foi regularizado no exercício de 2013 e deste modo a reserva foi suprimida.

Funchal, 18 de Março de 2014

CRC - COLAÇO, ROSA, CARRILHO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço'.

Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço



Maria Fernanda Barreto M. Colaço
Luís Manuel da Silva Rosa
Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho
Alexandre da Paixão Coelho

Rua Castilho, nº 39 – 9º A
1250-068 Lisboa
Telefones 213 552 980
213 530 665
Fax 213 533 933
Email geral@crc-sroc.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. A fim de dar cumprimento ao estipulado nos estatutos da **APRAM - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A. (APRAM, S.A.)** publicado no Diário da República, I – Série A – nº 151 de 1 de Julho de 1999 – Região Autónoma da Madeira – Decreto Legislativo Regional nº 19/99/M, vem o Fiscal Único, nos termos do Artigo 16º dos referidos estatutos e das disposições legais aplicáveis, apresentar o seu relatório e parecer sobre as Contas e o relatório de Gestão do Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.
2. Durante o período em análise, acompanhámos com regularidade os negócios e a gestão da **APRAM, S.A.** verificando a regularidade dos livros, registos contabilísticos e respectiva documentação. Verificámos o cumprimento da lei e dos estatutos, inteirámo-nos dos actos do Conselho de Administração através de reuniões regulares e de consulta das actas relevantes de reuniões, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários, o que agradecemos.
3. Analisámos também o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos. O Relatório de Gestão descreve com adequado detalhe as actividades desenvolvidas, a situação económica e financeira e perspectivas futuras. De salientar o prejuízo apurado e a necessidade do apoio futuro do accionista para cumprir com os pagamentos de juros e reembolsos dos empréstimos contraídos.
4. Como nos competia, e na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas e do Relatório Anual.

5. Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da **APRAM, S.A.** em 31 de Dezembro de 2013, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, que constam da Nota 3 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

Nestes termos o Fiscal Único é de parecer:

- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e a Demonstração dos Fluxos de Caixa da **APRAM, S.A.**, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e os correspondentes Anexos.
- 2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

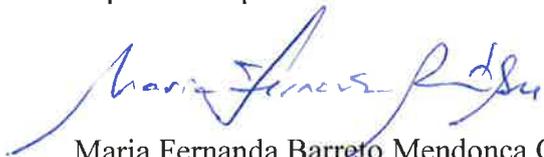
Finalmente, desejamos agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da **APRAM, S.A.** com quem contactámos, toda a colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Funchal, 18 de Março de 2014

O FISCAL ÚNICO

CRC - COLAÇO, ROSA, CARRILHO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço